



# Resenha Municipal

**ÓRGÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGUÁ**

**ANO XVII**

**08 DE JANEIRO DE 2016**

Distribuição Gratuita **Nº 351**



Lei Nº 035 de 18/08/1997  
Institui a criação do Brasão e Bandeira  
do Município de Tanguá

Lei Nº 090 de 15/10/1997  
Adota o Brasão e Bandeira  
Autor: Grierson Santos de Oliveira

## **ATOS DO PODER EXECUTIVO**

*Leis – Decretos - Portarias – Homologações - Editais – Contratos*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGUÁ**

*Resenha Municipal - Órgão destinado à publicação de Atos Oficiais  
Lei Nº 84 de 08 de Setembro de 1998 - Decreto Nº 223 de 21 de Outubro de 1998*



## Prefeitura Municipal de Tanguá

## ÓRGÃO OFICIAL

CNPJ - 01.612.089/0001-00

**VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal

**FELIPPE MATTOS MONTEIRO**  
Secretário Municipal de Governo

### Resenha Municipal

Órgão destinado à publicação de Atos Oficiais da Prefeitura Municipal de Tanguá, conforme a Lei nº 084, de 8 de setembro de 1998, e o Decreto nº 223, de 21 de outubro de 1998.

#### ATENÇÃO:

O CONTEÚDO DOS TEXTOS DOS ATOS OFICIAIS SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS RESPECTIVOS ÓRGÃOS.

**PRODUZIDO E EDITADO PELA  
ALA EDITORA E PROMOÇÕES  
Ltda - ME**  
**CNPJ: 39.540.554/0001-17**

### SECRETARIA DE GOVERNO

#### ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na Resenha Municipal de 15/12/2015, nº 349, pág. 03, Termo de Cessão de Uso de Imóvel, onde se lê:

Objeto: implantação e desenvolvimento do “Módulo Científico e Cultural do Instituto Vital Brazil”, que se constituirá na 21ª filial do Instituto Vital Brazil com vistas a proporcionar a educação ambiental e sanitária, pesquisa e promoção de cidadania aos municípios do CONLESTE.

Data da Celebração: 03/11/2015

leia-se:

Objeto: Locação de imóvel situado na Rua José Maria Coelho Costa, nº 98, loteamento Chácara Bandeirantes II, que destina-se à implantação e desenvolvimento do “Módulo Científico e Cultural do Instituto Vital Brazil”, que se constituirá na 21ª filial do Instituto Vital Brazil com vistas a proporcionar a educação ambiental e sanitária, pesquisa e promoção de cidadania aos municípios do CONLESTE.

Data da Celebração: 30/11/2015

### SECRETARIA DE SAÚDE

#### RESUMO DE CONTRATO

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.  
Grafipel Itaboraí Gráfica e Papelaria Ltda EPP.  
NATUREZA: Contrato 097/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para recarga de toners e cartuchos para rede municipal.

DATA DA CELEBRAÇÃO: 29/10/2015.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 12.129,20 (Doze mil, cento e vinte e nove reais e vinte centavos).

PRAZO CONTRATUAL: 08 (oito) meses.

Nº DO PROCESSO: 0681/2014

**MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL**  
Secretário Municipal de Saúde

#### RESUMO DE CONTRATO

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.  
BWM Comércio e Serviço Ltda - Me.

NATUREZA: Contrato 099/2015.

OBJETO: Prestação de Serviços de Transporte de passageiros.

DATA DA CELEBRAÇÃO: 09/11/2015.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 53.757,00 (Cinquenta e três mil, setecentos e cinquenta e sete reais).

PRAZO CONTRATUAL: 01 (um) mês.

Nº DO PROCESSO: 0131/2015

**MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL**  
Secretário Municipal de Saúde

#### RESUMO DE CONTRATO

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.  
Telemed Distribuidora de Medicamentos Ltda.

NATUREZA: Contrato 0100/2015.

OBJETO: Aquisição de materiais hospitalares para a rede municipal.

DATA DA CELEBRAÇÃO: 09/11/2015.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 170.196,92 (Cento e setenta mil, cento e noventa e seis reais e noventa e dois centavos).

PRAZO CONTRATUAL: 02 (dois) meses.

Nº DO PROCESSO: 1515/2014

**MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL**  
Secretário Municipal de Saúde

#### RESUMO DE CONTRATO

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.

FGC Pavimentação e construção civil Ltda.

NATUREZA: Contrato 0101/2015.

OBJETO: Prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos.

DATA DA CELEBRAÇÃO: 09/11/2015.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 157.804,80 (Cento e cinquenta e sete mil, oitocentos e quatro reais e oitenta centavos).

PRAZO CONTRATUAL: 12 (doze) meses.

Nº DO PROCESSO: 1561/2015

**MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL**  
Secretário Municipal de Saúde

#### RESUMO DE CONTRATO

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.

JS Andrade Comércio e Bazar Ltda ME.

NATUREZA: Contrato 0102/2015.

OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza.

DATA DA CELEBRAÇÃO: 13/11/2015.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 46.724,92 (Quarenta e seis mil, setecentos e vinte e quatro reais e noventa e dois centavos).

PRAZO CONTRATUAL: 05 (cinco) meses.

Nº DO PROCESSO: 0527/2014

**MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL**  
Secretário Municipal de Saúde

#### RESUMO DE CONTRATO

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.

JMS Contrin Comércio de Utensílios e serviços Eireli ME.

NATUREZA: Contrato 01/03/2015.

OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza.

DATA DA CELEBRAÇÃO: 13/11/2015.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 23.920,04 (Vinte e três mil, novecentos e vinte reais e quatro centavos).

PRAZO CONTRATUAL: 05 (cinco) meses.

Nº DO PROCESSO: 0527/2014

**MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL**  
Secretário Municipal de Saúde



## RESUMO DE CONTRATO

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.  
BRB Alive Comércio e Serviços Ltda - Me.  
NATUREZA: Contrato 0104/2015.  
OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza.  
DATA DA CELEBRAÇÃO: 13/11/2015.  
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.  
VALOR: R\$ 21.322,35 (Vinte e um mil, trezentos e vinte e dois reais e trinta e cinco centavos).  
PRAZO CONTRATUAL: 05 (cinco) meses.  
Nº DO PROCESSO: 2868/2013

**MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL**  
Secretário Municipal de Saúde

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

### RESUMO DE CONTRATO

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.  
AJ Muniz Eventos ME.  
NATUREZA: Contrato 108/2015.  
OBJETO: Fornecer ao município materiais gráficos para o desenvolvimento de atividades do PELC (Programa Esporte e Lazer na Cidade).  
DATA DA CELEBRAÇÃO: 13/11/2015.  
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.  
VALOR: R\$ 15.618,00 (Quinze mil, seiscentos e dezoito reais).  
PRAZO CONTRATUAL: 90 (noventa) dias contados da assinatura deste Termo.  
Nº DO PROCESSO: 1324/2015.

**WALKIRIA DE MELLO MOREIRA**  
Secretária Municipal de Educação,  
Esporte e Lazer

### RESUMO DE CONTRATO

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.  
Vitória Esporte Comércio e Serviços Ltda.  
NATUREZA: Contrato 0109/2015.  
OBJETO: fornecer ao Município materiais permanentes e de consumo para o desenvolvimento de atividades do PELC (Programa Esporte e Lazer na Cidade) .  
DATA DA CELEBRAÇÃO: 13/11/2015.  
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.  
VALOR: R\$ 31.427,70 (Trinta e um mil, quatrocentos e vinte reais e setenta centavos).  
PRAZO CONTRATUAL: 45 (quarenta e cinco) dias úteis contados a partir da emissão da ordem de início.  
Nº DO PROCESSO: 1323/2015.

**WALKIRIA DE MELLO MOREIRA**  
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

## SECRETARIA DE SAÚDE

### RESUMO DE CONTRATO

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.  
JMS Contrin Comércio de Utensílios e Serviços Eireli - Me.  
NATUREZA: Contrato 0110/2015.  
OBJETO: Aquisição de bebedouros.  
DATA DA CELEBRAÇÃO: 13/11/2015.  
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.  
VALOR: R\$ 8.792,00 (Oito mil, setecentos e noventa e dois reais).  
PRAZO CONTRATUAL: 12 (doze) meses.  
Nº DO PROCESSO: 0526/2014

**MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL**  
Secretário Municipal de Saúde

### RESUMO DE CONTRATO

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.  
CRV Comércio e Serviços Ltda.  
NATUREZA: Contrato 111/2015.  
OBJETO: Festa da Cidade – Desfile Cívico.  
DATA DA CELEBRAÇÃO: 13/11/2015.  
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.  
VALOR: R\$ 94.535,00 (Noventa e quatro mil, quinhentos e trinta e cinco reais).  
PRAZO CONTRATUAL: 05 (cinco) dias contados da assinatura do Contrato.  
Nº DO PROCESSO: 1968/2015.

**WALKIRIA DE MELLO MOREIRA**  
Secretária Municipal de Educação,  
Esporte e Lazer

## SECRETARIA DE OBRAS

### RESUMO DE CONTRATO

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.  
Neo Sol Tecnologia Importação Ltda.  
NATUREZA: Contrato 0113/2015.  
OBJETO: Prestação de serviços de instalação de luminárias públicas em LED em substituição das luminárias públicas convencionais em toda área urbana do Município de Tanguá.  
DATA DA CELEBRAÇÃO: 29/12/2015.  
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.  
VALOR: R\$ 2.512.895,12 (Dois milhões, quinhentos e doze mil, oitocentos e noventa e cinco reais e doze centavos).  
PRAZO CONTRATUAL: 36 (trinta e seis) me-

ses contados da assinatura do Contrato e Ordem de Início

Nº DO PROCESSO: 1969/2015.

**WALDELINO PINHEIRO DA SILVA JUNIOR**  
Secretário Municipal de Obras  
e Serviços Públicos

## SECRETARIA DE SAÚDE

### RESUMO DE CONTRATO

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.  
BWM Comércio e Serviço Ltda - Me.  
NATUREZA: Contrato 0114/2015.  
OBJETO: Prestação de Serviços de Transporte de passageiros.  
DATA DA CELEBRAÇÃO: 29/12/2015.  
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.  
VALOR: R\$ 268.785,00 (Duzentos e sessenta e oito mil, setecentos e oitenta e oito reais reais).  
PRAZO CONTRATUAL: 05 (cinco) meses  
Nº DO PROCESSO: 0131/2015

**MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL**  
Secretário Municipal de Saúde

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

### RESUMO DE CONTRATO

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.  
Delta Produtos e Serviços Ltda.  
NATUREZA: Contrato 115/2015.  
OBJETO: Mobiliário para Unidades de Ensino.  
DATA DA CELEBRAÇÃO: 29/12/2015.  
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.  
VALOR: R\$ 341.120,00 (Trezentos e quarenta e um mil, cento e vinte reais).  
PRAZO CONTRATUAL: 06 (seis) meses contados da assinatura deste Termo.  
Nº DO PROCESSO: 0910/2014.

**WALKIRIA DE MELLO MOREIRA**  
Secretária Municipal de Educação,  
Esporte e Lazer

## SECRETARIA DE SAÚDE

### RESUMO DE CONTRATO

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.  
Telemed Distribuidora de Medicamentos Ltda.  
NATUREZA: Contrato 0116/2015.  
OBJETO: Aquisição de medicamentos para a rede municipal de Saúde.



DATA DA CELEBRAÇÃO: 29/12/2015.  
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.  
VALOR: R\$ 259.873,68 (Duzentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e setenta e três reais e sessenta e oito centavos).  
PRAZO CONTRATUAL: 02 (dois) meses.  
Nº DO PROCESSO: 1514/2014

MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL  
Secretário Municipal de Saúde

RESUMO DE CONTRATO

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.  
Imagem Collor Comércio e Serviços Ltda EPP.  
NATUREZA: Contrato 0117/2015.  
OBJETO: Aquisição de materiais para a rede PSE – Programa Saúde na Escola.  
DATA DA CELEBRAÇÃO: 29/12/2015.  
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.  
VALOR: R\$ 45.180,00 (Quarenta e cinco mil, cento e oitenta reais).  
PRAZO CONTRATUAL: 12 (doze) meses.  
Nº DO PROCESSO: 1657/2014

MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL  
Secretário Municipal de Saúde

RESUMO DE CONTRATO

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.  
Carioca Medicamentos e Material Médico Eireli.  
NATUREZA: Contrato 0118/2015.  
OBJETO: Aquisição de materiais permanentes e de consumo.  
DATA DA CELEBRAÇÃO: 29/12/2015.  
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.  
VALOR: R\$ 88.436,00 (Oitenta e oito mil, quatrocentos e trinta e seis reais).  
PRAZO CONTRATUAL: 06 (seis) meses.  
Nº DO PROCESSO: 0128/2015

MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL  
Secretário Municipal de Saúde

SECRETARIA DE GOVERNO

RESUMO DE CONTRATO  
PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.  
AJ Muniz Eventos ME  
NATUREZA: Contrato 112/2015  
OBJETO: Fornecer placas de inauguração.  
DATA DA CELEBRAÇÃO: 30/11/2015.  
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.  
VALOR: R\$ 35.200,00 (Trinta e cinco mil e du-

zentos reais).  
PRAZO CONTRATUAL: 12 (doze) meses.  
Nº DO PROCESSO:1814/2014.

FELIPPE MATTOS MONTEIRO  
Secretário Municipal de Governo

SECRETARIA DE SAÚDE

TERMO ADITIVO DO  
CONTRATO Nº 062/2013

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.  
Max Clean Lavanderia Industrial e Comercial Ltda.  
OBJETO: Prestação de serviços de lavagem de roupa do Centro de Saúde Demerval Garcia de Freitas.  
NATUREZA: Termo Aditivo nº 062/2013.  
DATA DA CELEBRAÇÃO: 17/09/2015.  
FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, inciso X da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.  
Nº DO PROCESSO: 081/2013.  
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO  
O prazo para completa execução do objeto do contrato será prorrogado por mais 09 (nove) meses após o vencimento do contrato de vigência, em acordo com o Art. 57, inciso 2º, ou alterado na forma do Art.65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR  
Pela presente renovação, se manterá o valor original de R\$ 64.080,00 (Sessenta e quatro mil e oitenta reais), sendo empenhado para o exercício de 2015 o valor de R\$ 28.480,00 (Vinte e oito mil, quatrocentos e oitenta reais), no PT: 07.002.001.10.302.0022.2.065, Elemento de Despesa: 33.90.39.32.00, Fonte: 162 e ficha 620, onde o restante será empenhado no próximo exercício.

MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL  
Secretario Municipal de Saúde

TERMO ADITIVO DO  
CONTRATO Nº 064/2015

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.  
JMS Contrin Comércio de Utensílios e Serviços Eireli-ME.  
OBJETO: Aquisição de gêneros Alimentícios  
NATUREZA: Termo Aditivo nº 064/2015.  
DATA DA CELEBRAÇÃO: 26/10/2015.  
FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, inciso X da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.  
Nº DO PROCESSO: 2868/2013.  
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

O prazo para completa execução do objeto do contrato será prorrogado por mais 03 (três) meses após o vencimento do contrato de vigência, em acordo com o Art. 57, inciso 1º da Lei 8.666/93.

MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL  
Secretario Municipal de Saúde

LICITAÇÃO

AVISO DE EDITAL

A Prefeitura do Município de Tanguá, localizada à Rua Vereador Manoel Macedo, nº 680 – Centro -Tanguá-RJ, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade de Tomada de Preços e Concorrência Pública, conforme abaixo.  
Tomada de Preços nº 01/2016 – Contratação de empresa para construção do Parque de Skates na Praça da Juventude no Bairro Ampliação, Ampliação, Tanguá/RJ, no dia 26 de janeiro de 2016, às 09 horas.

Tomada de Preços nº 02/2016 – Contratação de empresa para obra de Estruturação do Campo do Pinhão com Cercamento e Construção de Vestiários no Bairro Pinhão, Tanguá/RJ, no dia 26 de janeiro de 2016, às 11 horas.

Tomada de Preços nº 03/2016 – Contratação de empresa para construção da Praça Multi Eventos no Bairro Vila Cortes, Tanguá/RJ, no dia 26 de janeiro de 2016, às 14 horas.

Tomada de Preços nº 04/2016 – Contratação de empresa para obra de Pavimentação e Drenagem da Rua José Carlos Pereira e Trecho da Rua Valdevino da Silva no Bairro Vila Cortes, Tanguá/RJ, no dia 27 de janeiro de 2016, às 09 horas.

Tomada de Preços nº 05/2016 – Contratação de empresa para obra de Pavimentação de passeios e intervenções para acessibilidade em diversos logradouros do Bairro Ampliação, Tanguá/RJ, no dia 27 de janeiro de 2016, às 11 horas.

Tomada de Preços nº 06/2016 – Contratação de empresa para construção de Unidade Básica da Saúde na Rua José Carlos Macedo Gomes, 16 e 17, Ampliação, Tanguá/RJ, no dia 27 de janeiro de 2016, às 14 horas.

Concorrência Pública nº 01/2016 – Contratação de empresa para obra de Pavimentação, Drenagem e Urbanização no Bairro Chácaras Bandeirantes na Avenida João da Silva Lessa (Trecho) e Rua 27 e Construção de ponte sobre o Rio Ipitangas, Situada na Avenida João da Silva Lessa, Bairro Chácaras Bandeirantes – Tanguá - RJ, no dia 16 de fevereiro de 2016, às 09:00 horas.

Concorrência Pública nº 02/2016 – Concessão de Direito de Uso de Área Pública – Quiosque, pertencente ao Município de Tanguá.





Municipal promulgada de 15/11/97,

RESOLVE:

Exonerar, ALEXSANDRO MARTINS OLIVEIRA do Cargo de Provimento em Comissão de ASSES-SOR III– Símbolo DAS-07, criado pela Lei 132/1999 de 04 de maio de 1999, alterada pela Lei Nº. 761/11 de 06 de Abril de 2011, com efeitos a partir de 30 de setembro de 2015.

Valber Luiz Marcelo de Carvalho

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

OCORRÊNCIAS DE DEZEMBRO

CONCESSÃO DE LICENÇA

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO ADMINISTRATIVO 2481/15, APOSTILA 043/2015.

MATRÍCULA	FUNCIONÁRIO	FUNÇÃO	PERÍODO
7083	RAPHAEL RIODADES DE MENDONÇA DOS SANTOS DIAS	MÉDICO GINECOLOGISTA	16/12/2015 A 15/12/2017

RETORNO DE LICENÇA

RETORNO DE LICENÇA CAPACITAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO ADMINISTRATIVO 519/15, APOSTILA 066/2015.

MATRÍCULA	FUNCIONÁRIO	FUNÇÃO	RETORNO
0432	ERNANI DA SILVA THOMAZ	PROFESSOR II – EDUCAÇÃO FÍSICA	18/12/2015

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

DESPACHO DA SECRETÁRIA

Tanguá, 02 de março de 2015.

Processo nº 431/15

Ratifico o resultado da licitação na modalidade Pregão presencial nº 010/2014, autorizo a emissão de nota de empenho referente à Adesão a Ata de Registro de Preço 001/14 – Gestão de Abastecimento de Frota, em favor de:

► BIGCARD ADMINISTRADORA DE CONVÊNIOS E SERVIÇOS LTDA no valor de R\$ 80.226,60 (Oitenta mil, duzentos e vinte e seis reais e sessenta centavos).

Importa o presente processo no valor total de R\$ 80.226,60 (Oitenta mil, duzentos e vinte e seis reais e sessenta centavos).

- Programa de Trabalho: 10.001.001.04.122.0002.2.091  
- Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00  
.Atenciosamente,

Maria Dolores Otero Outumuro Nascimento

Secretária Municipal de Assistência

Social, Trabalho e Habitação

Mat.: 4119-0



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura do Município de Tanguá

Conselho Municipal de Educação

Parecer Consultivo

Assunto: Cantinas Escolares		
Mérito:		
O assunto Cantinas Escolares foi suscitado por um membro do Conselho em função de questionamentos sofridos nas Unidades Escolares por ocasião das visitas dos representantes do Ministério Público. Esta situação foi apresentada pela direção da escola para o Conselho Escolar e este acordou pela suspensão da Cantina Escolar. Porém, parece-nos que há diferentes práticas nas escolas municipais em torno da questão, o que acaba por deixar dúvidas sobre a legalidade da Cantina Escolar e/ou quais alimentos podem ser comercializados pela mesma.		
Para subsidiar o estudo/tema em questão fizemos pesquisas e revisão na legislação em vigor tendo como perspectiva a seguinte base legal.		
Parecer Consultivo	Nº 01/2015	Conselho Pleno

Análise:

Considerando a Lei Estadual nº 4508 de 11 de janeiro de 2005, que proíbe a comercialização, aquisição, confecção e distribuição de produtos que colaborem para a obesidade infantil, em bares, cantinas e similares instalados em escolas públicas e privadas do Estado do Rio de Janeiro;

Considerando a Portaria Interministerial nº 1010 de 8 de março de 2006, que institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável as Escolas de Educação Infantil, Fundamental, e Nível Médio das redes públicas e privadas em âmbito nacional;

Considerando o Manual das Cantinas Escolares Saudáveis – Promovendo a Alimentação saudável. Ministério da Saúde/2010;

Considerando a Nota Técnica nº02/2012 COTAN/CGPAE/DIRAE/FNDE, que trata da regulamentação de Cantinas Escolares em escolas públicas do Brasil.

Constatamos, nas legislações supracitadas, que há uma preocupação em fortalecer a alimentação escolar em seu caráter e dimensão pedagógica. Os estudos apontam que os avanços na medicina, no que diz respeito a pesquisa das causas das doenças que tem acometido as populações de crianças e jovens, como a diabetes, obesidade, hipertensão, entre outras doenças, possuem estreita relação com hábitos alimentares pouco saudáveis que podem contribuir com desvios nutricionais que interferem no crescimento e no desenvolvimento dos alunos.

A escola comprometida com a qualidade de vida, desempenha papel significativo para contribuir com uma mudança de padrões alimentares, a partir da educação nutricional desenvolvida com o Programa Nacional de Alimentação Escolar, pois tem como um dos principais objetivos a formação de hábitos alimentares saudáveis o que consequentemente ajudará na reversão deste quadro preocupante.

Questão importante a se considerar são os investimentos do Governo Federal no Programa de Alimentação Escolar (PNAE) e os investimentos do Governo Municipal na complementação de verbas para a garantia e promoção de uma Alimentação Escolar saudável, que envolve a criação e supervisão de cardápios acompanhado por nutricionista de forma a buscar uma alimentação balanceada para os alunos da rede. Entendemos que constitui-se uma incoerência que, ao mesmo tempo, se invista em alimentos pouco saudáveis nestes mesmos espaços.

Considerando as funções do Conselho Municipal de Educação na promoção de debates, socialização e orientação para as tomadas de decisão que garantirão direitos aos alunos de nosso Sistema de Ensino, vimos recomendar as UE's que o compõe, que se posicionem pelo cumprimento das legislações em vigor, que disciplinam o funcionamento das Cantinas Escolares, tendo especial atenção com os tipos de alimentos que são comercializados neste espaço. Concluímos que as referidas legislações não proíbem o funcionamento de cantinas escolares e sim a venda de determinados alimentos. Entre os quais podemos citar: Refrigerantes, Alimentos fritos, Alimentos assados com alto teor de gordura, Guaraná industrializado, Salgadinhos industrializados com alto teor de sódio e açúcar, Doces industrializados (balas, pirulitos chicletes), entre outros.

As referidas legislações, em especial a Portaria Interministerial, indicam a necessidade da promoção do debate com a comunidade escolar de forma a se definir coletivamente quais mecanismos, ações e estratégias serão adotados para aquisição de novos hábitos relacionados a alimentação. Entendemos, portanto, que fortalecer o diálogo com a Comunidade Escolar, em torno da questão, e principalmente, o diálogo com o Conselho Escolar para fortalecimento das decisões que vierem a ser tomadas a cerca do tema, se faz urgente. Registramos, nesta recomendação, o Art. 5º da referida Portaria, que nos orienta em relação a ações que visam garantir a Promoção desta Alimentação;

Art. 5º - Para alcançar uma alimentação saudável no ambiente escolar, devem-se implementar as seguintes ações:

I - definir estratégias, em conjunto com a comunidade escolar, para favorecer escolhas saudáveis;

II - sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com alimentação na escola para produzir e oferecer alimentos mais saudáveis;

III - desenvolver estratégias de informação às famílias, enfatizando sua corresponsabilidade e a importância de sua participação neste processo;

IV - conhecer, fomentar e criar condições para a adequação dos

loais de produção e fornecimento de refeições às boas práticas para serviços de alimentação, considerando a importância do uso da água potável para consumo;

V - restringir a oferta e a venda de alimentos com alto teor de gordura, gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal e desenvolver opções de alimentos e refeições saudáveis na escola.

VI - aumentar a oferta e promover o consumo de frutas, legumes e verduras;

VII - estimular e auxiliar os serviços de alimentação da escola na divulgação de opções saudáveis e no desenvolvimento de estratégias que possibilitem essas escolhas;

VIII - divulgar a experiência da alimentação saudável para outras escolas, trocando informações e vivências;

IX - desenvolver um programa contínuo de promoção de hábitos alimentares saudáveis, considerando o monitoramento do estado nutricional das crianças, com ênfase no desenvolvimento de ações de prevenção e controle dos distúrbios nutricionais e educação nutricional; e

X - incorporar o tema alimentação saudável no projeto político-pedagógico da escola, perpassando todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares. (grifos nossos)

Como bem aponta a citada legislação a alimentação se constitui como um fator cultural e social, então faz-se necessário que as Secretarias de Educação e Saúde, Conselhos de Acompanhamento e Fiscalização, Conselhos Escolares e sobretudo as famílias possam debater as questões que influenciam a saúde de nossos alunos.

A mudança nas práticas relativas a Cantina Escolar, implicará na adoção de diferentes ações, neste sentido, a comunidade escolar poderá desenvolver atividades promovam a alimentação saudável.

Conselho Municipal de Educação

CME Tanguá

Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura do Município de Tanguá

Conselho Municipal de Educação

EDITAL Nº 001/2015

RECOMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TANGUÁ - RJ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 0910/2013, que dá nova redação à Lei nº 029/1997 que define a composição, competência e estrutura do Conselho Municipal de Educação de Tanguá, e também o que dispõe o Regimento Interno do CME, torna público aos segmentos interessados, o presente Edital de regulamentação do processo de eleição de Conselheiros Municipais de Educação, para recomposição do CME, de acordo com os procedimentos no presente edital.

I – DOS RESPONSÁVEIS

1.1 – A presente consolidação do processo de eleição de Conselheiros Titulares e Suplentes, para mandato pelo período de dois anos, a contar de fevereiro de 2016 a fevereiro de 2018, nos termos da Lei, será realizada sob a responsabilidade da equipe do CME denominados como Comissão Especial, conforme decisão da plenária do dia 10/12/2015, e instalada na sede do Conselho Municipal de Educação Tanguá, localizada Rua Ver. Manoel de Macedo. Nº 1040, Bairro Centro, nesta cidade.

II – DAS VAGAS EXISTENTES

2.1 – As vagas existentes são para os segmentos indicados no Regimento Interno, são as seguintes:

- a) representantes das escolas privadas municipais – 01 titular e 01 (um) Suplente;
- b) representantes da sociedade civil organizada com fins educacionais na área de Educação Infantil e Educação Especial – 01(um) titular e 01 (um) Suplente;
- c) representantes de alunos e/ou responsáveis – 01(um) titular e 01 (um) Suplente;
- d) representante dos Professores – 01(um) titular e 01 (um) Suplente;
- e) representante das escolas públicas estaduais – 01(um) titular e 01 (um) Suplente;

III – CRONOGRAMA DE AÇÕES

3.1 – **No período de 25 a 26/01/2016**, das 12h às 16 h, inscrição dos interessados que postulem a participação neste colegiado enquanto segmento representativo, deverão preencher a ficha de inscrição e entregar cópia do RG e CPF e o ofício da Entidade Representativa que postula participar do processo, devendo estar a entidade e/ou instituição de ensino devidamente constituída na forma

da lei e em data precedente a este Edital;

3.2. A documentação oficial constante do item 3.1, refere-se ao Ofício das entidades e/ou instituições de ensino participantes, com informações de nome completo, endereço para correspondência e telefones de contato, para participar do processo de eleição no CME;

3.3. **Dia 04 de fevereiro de 2016 às 13h30m**, data para escolha dos representantes nos segmentos descritos no item 2.1 se dará através de reunião, votação e registro em ata no Livro de escolha e posse de conselheiros do CME;

3.4. **Dia 15 de fevereiro de 2016**, organização pela Comissão Especial dos nomes e documentação dos eleitos e apresentação do Resultado Final, para encaminhamento da Relação dos Conselheiros Titulares e Suplentes do CME ao Conselho Pleno do CME, ao Executivo Municipal para fins de decreto de nomeação e publicação.

IV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. A reunião para escolha dos conselheiros – Titular e Suplente – será lavrada em ata, devidamente assinada pelos participantes;

4.2. Em caso de empate, a escolha recairá sobre o mais idoso;

4.3. Caso algum segmento mencionado não houver representantes informados no prazo legal, a(s) respectiva(s) vaga(s) da categoria permanecerão em vacância até a convocação de novo processo de eleição do segmento;



# Resenha Municipal

Tanguá, 08 de janeiro de 2016

7

4.4. Não será aceita sob nenhuma hipótese apresentação de representante não constante do quadro da entidade e/ou instituição de ensino;

4.5. Após o procedimento regulamentar da indicação, votação e nomeação, em caso de vacância em qualquer momento, será feito novo processo de recomposição.

4.6. Os casos omissos neste Edital serão decididos pela Comissão Especial.


**COMISSÃO ESPECIAL:** Adriane de Souza Silva Gomes, Arlene Cardoso e Caroline da Silva Cordeiro.

Tanguá, 11 de dezembro de 2015.

Neli dos Santos Conceição Gomes

Presidente do Conselho Municipal de Educação



 **Estado do Rio de Janeiro**  
**Prefeitura do Município de Tanguá**  
**Conselho Municipal de Educação**

## FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ DATA DE NASC.: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
TELEFONE: \_\_\_\_\_ CELULAR: \_\_\_\_\_  
E-MAIL: \_\_\_\_\_

( ) REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

ENTIDADE: \_\_\_\_\_

( ) REPRESENTANTE DE ESTUDANTES E/OU PAIS DE ALUNOS

( ) REPRESENTANTE DOS PROFESSORES

( ) REPRESENTANTE DAS ESCOLAS PRIVADAS MUNICIPAIS

( ) REPRESENTANTE DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS

## DOCUMENTOS APRESENTADOS:

( ) CÓPIA DOS DOCUMENTOS: RG E CPF.


( ) OFÍCIO/CARTA DE INTENÇÃO DA ENTIDADE PARA PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FIRMADA POR SEU REPRESENTANTE LEGAL.

ASSINATURA DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

Tanguá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016



 **Estado do Rio de Janeiro**  
**Prefeitura do Município de Tanguá**  
Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

## PORTARIA SEME Nº 008/2015

Dispõe sobre a organização das reuniões pedagógicas das Unidades Escolares e das Formações organizadas pela Equipe Pedagógicas da SEME no ano letivo de 2016.

A Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer no uso de suas atribuições, tendo em vista o que dispõe a LDB Nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996 e considerando a necessidade de organizar o funcionamento das Reuniões Pedagógicas da Rede Municipal de Educação;

## RESOLVE:

**Art. 1º** - Regularizar o horário da Reunião Pedagógica Semanal as quarta-feira nas Unidades Escolares Municipais.

**Art. 2º** - Entende-se a reunião pedagógica como o momento em que o corpo docente está reunido com a Equipe Técnica Pedagógica planejando as ações cotidianas do fazer docente. As reuniões pedagógicas poderão ter a seguinte organização:

I - Reunião Pedagógica de Estudo - discussão teórica a partir de temas pertinentes para a U.E;

II - Reunião Pedagógica de Projeto - avaliação permanente do andamento do PPP (Projeto Político Pedagógico), como também redefinindo ações quanto ao PP (Projeto Pedagógico);

III - Reunião Pedagógica Operacional - elaboração do plano de curso mensal, adaptando a realidade da turma e/ou elaboração do planejamento didático em si;

IV - Reunião Pedagógica Oficina - realização de atividades pedagógicas que evidenciem para os docentes ações inovadoras a serem realizadas por meio do planejamento.

**Art. 3º** - As Equipes Técnicas Pedagógicas lotadas nas Unidades Escolares Municipais, são responsáveis pela organização, dinamização e orientação da Reunião Pedagógica; neste sentido deverão organizar suas cargas horárias de trabalho para estar presentes no Município as quartas-feiras.

**Art. 4º** - Para os docentes da Educação Infantil, 1º Segmento do Ensino Fundamental e Aceleração, as Reuniões Pedagógicas terão a duração de 2 horas semanais e deverão acontecer nos turnos da manhã e tarde.

**Parágrafo Único:** Em função das especificidades das Unidades Escolares ou propostas diferenciadas de trabalho, estas poderão reorganizar suas reuniões pedagógicas em um único turno ou excepcionalmente em outro dia da semana, com ciência da Supervisão Educacional/autorização da Secretaria de Educação.

**Art. 5º** - Para os docentes do 2º Segmento do Ensino Fundamental e EJA II - as Reuniões Pedagógicas ocorrerão quinzenalmente ou mensalmente, de acordo com a

demanda apresentada pela equipe gestora, devendo agregar nestes encontros todos os professores deste segmento em até 3 dias de uma semana específica.

**§ 1º** - Os docentes que possuem turmas em mais de uma Unidade Escolar, poderão fazer o planejamento em sua escola de origem ou entrar em acordo com a Equipe Diretiva sobre a Unidade que participará da Reunião Pedagógica.

**§ 2º** - Definindo a organização da Reunião Pedagógica a Equipe Diretiva da Unidade Escolar deverá encaminhar a organização para a Subsecretaria de Educação.

**Art. 6º** - Os Professores Auxiliares que atuam na Educação Infantil e na Educação Especial participarão das reuniões pedagógicas de acordo com a organização da escola.

**Parágrafo Único:** Os Professores Auxiliares lotados nas Creches Municipais seguirão as orientações específicas da Coordenação Municipal da Educação Infantil.

**Art. 7º** - Para os docentes do 1º Segmento do Ensino Fundamental, Educação Infantil, Aceleração da Aprendizagem, Educação de Jovens e Adultos I e Professores Auxiliares da Educação Especial e Educação Infantil está estabelecido uma formação mensal com a Coordenação Municipal específica de cada nível e modalidade de educação.

**Parágrafo Único:** Na Formação mensal serão encaminhadas as diretrizes da SEME para cada nível/modalidade de educação. Estes momentos também se caracterizam como formação continuada, momentos de estudo, troca de experiências entre os pares e suas coordenações municipais; oficinas, palestras como autores/pesquisadores de suas áreas de atuação e outros temas referentes a prática pedagógica.

**Art. 8º** - Para os docentes do 2º Segmento do Ensino Fundamental II as formações serão organizadas de acordo com a elaboração e desenvolvimento da Proposta Curricular, sendo dinamizadas pela Coordenação Municipal e Professores Parceiros.

**Art. 9º** - Para os docentes da Educação de Jovens e Adultos II as formações ocorrerão nas Unidades Escolares que ofertam esta modalidade sendo dinamizadas pela Coordenação Pedagógica.

**Art. 10** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Walkiria de Mello Moreira  
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Prefeitura do Município de Tanguá**  
Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

## Resolução SEME Nº 002/2015

Dispõe sobre a elaboração do calendário escolar para o ano letivo de 2016.

## Considerando:

- a obrigatoriedade de se assegurar em todas as Unidades Escolares o cumprimento dos mínimos de dias de efetivo trabalho escolar e de carga horária anual exigidos pela Lei Federal Nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB;

- a necessidade de se contar com instrumento legal específico que preveja e contemple as atividades necessárias para promover eficácia e eficiência à gestão escolar;

- a oportunidade de se adotar um calendário mais compatível com as necessidades da Rede de Ensino e de outras esferas administrativas;

- as incumbências estabelecidas para os docentes no artigo 13 da LDB,

## Resolve:

**Art. 1º** - Na elaboração do calendário escolar para o ano letivo de 2016, as escolas municipais observarão que:

I - o início das aulas com os alunos dar-se-á em 15 de fevereiro de 2016;

II - o término dos dias letivos, fez-se-á, em 09 de dezembro de 2016.

**Art. 2º** - As escolas municipais deverão organizar seu calendário de forma a garantir, na implementação da proposta pedagógica, o mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar e a carga horária anual prevista para os diferentes níveis e modalidades ofertados pela Rede.

**Art. 3º** - Considera-se como de efetivo trabalho escolar todo e qualquer dia em que se realize atividade prevista na proposta pedagógica da escola, que conte com frequência de alunos, com orientação e participação dos professores e seja desenvolvida como atividade regular de aula e/ou como outro tipo de programação didático-pedagógica que assegure a aprendizagem dos discentes.

**§ 1º** - É vedada a realização de eventos ou atividades que não estejam previstos na programação do calendário escolar municipal e das Unidades

Escolares sem autorização da Secretaria de Educação.

**§ 2º** - Os dias de efetivo trabalho escolar, constantes da programação do calendário, que deixarem de ocorrer, por qualquer motivo, deverão ser repostos, na conformidade do que dispõe a legislação pertinente, podendo essa reposição realizar-se, inclusive, aos sábados.

**§ 3º** - No decorrer do ano, qualquer alteração no calendário escolar, independentemente do motivo que a tenha determinado, deverá, ser submetida à apreciação do Supervisor Educacional da unidade e encaminhado a Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 4º** - As atividades de cunho pedagógico, inerentes ao exercício da função docente, que sejam realizadas em dias e/ou horários previstos no calendário escolar, integram o conjunto das incumbências do professor, conforme estabelece o artigo 13 da LDB, ainda que não se considerem como de efetivo trabalho escolar para fins de cumprimento do mínimo de 200 (duzentos) dias.

**Art. 5º** - A elaboração do calendário escolar contou com as diretrizes descritas nos incisos abaixo que as Unidades Escolares deverão seguir na elaboração de seus calendários específicos:

I - atividades de planejamento/replanejamento, avaliação, revisão e consolidação da proposta pedagógica, reuniões pedagógicas, período de avaliações discentes e toda e quaisquer atividades que fizer parte da rotina pedagógica da Unidade Escolar;

II - o dia 01 de fevereiro, para atividades de acolhimento aos educadores da Unidade Escolar e Comunidade;

III - o dia 27 de fevereiro (Sábado Letivo), para realização da apresentação do texto Base do Regimento Escolar;

IV - o dia 02 de abril (Sábado Letivo), para realização da apresentação da proposta de reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos das Unidades Escolares;

V - a escola poderá optar por qualquer sábado do mês de junho ou ratificar em seu calendário o dia 04 (Sábado Letivo) para a realização das tradicionais Festas "Juninas", "da roça", "Colheita" "Dia da Família na escola" etc;

VI - o dia 30 de julho (Sábado Letivo), para realização da Feira Cultural Municipal;

VII - dias destinados à realização de reuniões do Conselho Escolar e da Reunião da Equipe Diretiva;

VIII - dias destinados à realização de reuniões bimestrais e de Conselho de Classe e de reuniões com pais de alunos ou seus responsáveis;

**§ 1º** - Para a realização destas atividades, as Unidades Escolares deverão contar nos Sábados letivos, com a participação dos alunos, para que sejam considerados como dias de efetivo trabalho escolar.

**§ 2º** - Para as atividades previstas nos incisos II, III, IV, V, VI deste artigo serão fornecidas orientações específicas.

**Art. 6º** - O calendário do ano letivo de 2016 observar-se-á que:

I - Ensino Regular, será organizado por trimestre, estando os mesmos determinados da seguinte forma: 1º trimestre - 15/02 a 20/05 (69 dias letivos) 2º trimestre - 23/05 a 31/08 (63 dias letivos) e 3º trimestre 01/09 a 09/12 (68 dias letivos). Total de dias letivos: 200 dias.

II - Educação de Jovens e Adultos I: 1º semestre - 27/02 a 30/07 (110 dias letivos) 2º semestre - 01/08 a 02/12 (75 dias letivos). Total de dias letivos: 185 dias.

III - Educação de Jovens e Adultos II - 1º bimestre/1º semestre: 15/02 a 30/04 (54 dias letivos) 2º bimestre/1º semestre: 20/05 a 05/07 (46 dias letivos). Total de dias letivos: 100 dias, 1º bimestre/2º semestre: 11/07 a 30/09 (50 dias letivos) 2º bimestre/2º semestre: 03/10 a 14/12 (50 dias letivos). Total de dias letivos: 100 dias.

**Parágrafo Único** - será encaminhada para a Unidades Escolares orientações específicas para o Ensino Regular e sua organização trimestral.

**Art. 7º** - Em anexo a esta Resolução, segue, os Calendários do Ensino Regular, EJA I e EJA II.

**Art. 8º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Walkiria de Mello Moreira  
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

Aos 13 dias do mês de outubro de 2015, a Prefeitura Municipal de Tanguá, situada na Rua Ve-reador Manoel de Macedo, nº 680- Centro - CEP 24890-000 -Tanguá - RJ, doravante designada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Secretário Municipal de Meio Ambiente, Praças, Parques e Jardins, o Sr. JOSÉ FERNANDO SO-ARES, Brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 996.270- IPF- RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 246.988.227-34, em conformidade com o resultado do julgamento das propostas apresentadas no Pregão nº 070/2015, oriunda do processo administrativo nº 1658/15, RESOLVE, nos termos da Lei nº 8.666/93, 10.520/2002, dos Decretos nº 3.555/2000, 3.931/2001, e das demais normas legais aplicáveis, REGISTRAR OS PREÇOS, para eventual fornecimento de Aquisição de Material de Consumo (Sacos de Lixo), da empresa cujo





fornecimento foi adjudicado na licitação, doravante designada FORNECEDORA, em conformidade com o Edital do Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FORNECEDORA**  
**IMAGEM COLLOR GRÁFICA E PAPELARIA**  
 LRDA EPP, com sede na Rua Andrea Conceição dos Santos, S/N- Lt 191- Qd 08 – Casa 02 – Jardim Imperial – CEP 24.800-294- Itaboraí- RJ, inscrita no CNPJ nº 18.017.928/0001-44, neste ato representada pelo Sr WALTER DA SILVA FIGUEIREDO, portador da carteira de identidade nº 05338596-9 IFP, e do CPF nº 622.215.237-68, representante legalmente pela mesma.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**  
 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual Aquisição de Material de Consumo ( Sacos de Lixo), conforme Termo de Referencia e estimativa de preços.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**  
 3.1. Os preços ofertados pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa no valor total de R\$ 58.800,00 (Cinquenta e Oito Mil e Oitocentos Reais), obedecida a classificação no REGISTRO DE PREÇOS NA MODALIDADE PRESENCIAL nº 070/2015, especificadas , detalhadamente na Ata de Julgamento de Preços, constantes às fls 107.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE**  
 4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.

4.2. A vigência da presente ata não obriga a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Praças, Parques e Jardins, a firmar contratações.

**CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. A Secretaria de Meio Ambiente, Praças, Parques e Jardins será o Órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará o fornecedor para o qual será emitido o pedido, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem contratados.

5.2. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados por esta Secretaria e a empresa detentora desta Ata estejam de acordo.

**CLÁUSULA SEXTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. O gerenciamento deste Instrumento, no aspecto operacional e contratual, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, com-

petindo-lhe:

6.1.1. Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

6.1.2. Observar, durante a vigência da presente ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

6.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

6.1.4. Consultar o fornecedor registrado quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir a presente Ata;

6.1.5. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO**

7.1. Para a contratação será emitida Nota de Empenho em favor da empresa FORNECEDORA, que deverá especificar a quantidade de cada item a ser fornecido, respeitado o pedido mínimo estabelecido no Termo de Referência.

7.2. Será exigido da FORNECEDORA CONTRATADA o cumprimento de todas as exigências relativas ao fornecimento estabelecidas no Edital do Pregão nº 070/2015, no seu Termo de Referência e nesta Ata de Registro de Preços, que integrarão a Nota de Empenho independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

8.1.1 Cumprir fielmente as cláusulas desta Ata;

8.1.2 Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela FORNECEDORA/CONTRATADA, pertinentes ao objeto desta Ata;

8.1.3. Zelar pelo bom andamento da presente Ata, dirimindo dúvidas porventura existentes, através do servidor que vier a ser designado Fiscal da Ata;

8.1.4. Relacionar-se com a FORNECEDORA/CONTRATADA através de servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE, o(s) qual(is) acompanhará(arão) e fiscalizará(arão) a execução do objeto contratado, verificando os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à FORNECEDORA/CONTRATADA as ocorrências de

quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas saneadoras. A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização por parte da CONTRATANTE, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da FORNECEDORA/CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive contra terceiros ou irregularidades constatadas;

8.1.5. Efetuar o pagamento à FORNECEDORA/CONTRATADA na forma e no prazo estabelecidos na Ata.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA/CONTRATADA**

9.1. A FORNECEDORA/CONTRATADA obriga-se a:

9.1.1. Executar o objeto contratado em conformidade com as exigências estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, no Edital do Pregão Presencial nº. 070/2015 e em seus anexos;

9.1.2. Manter todas as condições de habilitação durante o prazo de vigência da Ata;

9.1.3. Responder, independentemente da fiscalização e do acompanhamento pela CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados, direta ou indiretamente, a esta Municipalidade, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto desta Ata;

9.1.4. Responsabilizar-se, integralmente, pelo objeto da contratação, nos termos da legislação vigente, prestando-os de acordo com as especificações e os prazos constantes do Edital do Pregão Presencial nº. 070/2015;

9.1.5. Responsabilizar-se pela imediata substituição, quando constatadas quaisquer impropriedades nos veículos;

9.1.6. Responsabilizar-se, integralmente, pelos seus empregados envolvidos na execução do objeto do contrato, arcando com todos os custos, salários, transporte, refeição, verbas legais, trabalhistas, fundiárias ou de qualquer natureza, nos termos da legislação vigente, prestando-lhe imediato socorro em caso de mal estar ou assemelhado;

9.1.7. Fornecer seus empregados envolvidos na execução do objeto da contratação todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) que se fizerem necessários, FISCALIZANDO-LHES o uso;

9.1.8. Designar preposto dentre os funcionários destacados para o fornecimento, apto a representar a FORNECEDORA/CONTRATADA e com poderes suficientes para prestar e receber esclarecimentos;

9.1.9. É vedado à FORNECEDORA/CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, as obrigações da presente Ata, sem prévia e expressa anuência





da CONTRATANTE;

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA ENTREGA

10.1. Os materiais deverão ser entregues no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Tanguá.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

11.1 O documento fiscal correspondente ao fornecimento deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Praças, Parques e Jardins, após ser registrado no almoxarifado.

11.1.1 O documento de cobrança deverá ser emitido em nome da Prefeitura Municipal de Tanguá, CNPJ nº 01.612.089/0001-00, devidamente discriminado, sem emendas ou rasuras, contendo todos os dados da Nota de

Empenho, fazendo menção expressa ao número desta. Após a entrega, o documento de cobrança será conferido e atestado pela Contratante.

11.1.2. Todos os tributos e contribuições incidentes sobre os serviços deverão estar incluídos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie, principalmente aquela pertinente aos órgãos públicos federais.

11.2 O pagamento será efetuado à FORNECEDORA/CONTRATADA em até 30 (trinta) dias úteis contados da execução do objeto contratado, mediante o ateste da Nota Fiscal por servidor designado, comprovando que as informações nela contidas estão corretas, bem como de que objeto contratado foi executado de acordo com as especificações do edital e seus anexos. No caso de qualquer falta ou incorreção, tal prazo será interrompido.

11.3 A emissão da Nota de Empenho e o pagamento ocorrerão desde que comprovada a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União, fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), bem como comprovação de quitação dos tributos Municipais, por meio das respectivas certidões;

11.4 A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF nº 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero e o respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

11.5. No caso de empresa optante pelo “Sim-

ples Nacional”, deverá essa, ainda, providenciar declaração

na forma do art. 4º, da IN 480 da Receita Federal, em duas vias originais, devidamente assinadas por seu representante legal, em papel timbrado da empresa, com carimbo da mesma e com seu CNPJ, bem como o extrato do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS relativo ao mês imediatamente anterior à emissão da nota fiscal, como condição para liberação do pagamento;

11.6 Serão retidos pela Contratante os impostos e contribuições conforme disposto na Lei nº 9.430/96, regulamentada pela IN/SRF/STN/SFC Nº 480, de 15/12/2004, atualizada, salvo se a licitante vencedora estiver dentre as exceções apontadas nos referidos atos normativos.

1.7 O valor a ser depositado pela Contratante será líquido, ou seja, após as retenções tributárias previstas na legislação pertinente.

11.8 A FORNECEDORA/CONTRATADA enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do art. 3º, bem como amparada por medida judicial constante do art. 30, ambos da Instrução Normativa SRF nº 480/2004, deverão apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos na fonte.

11.9 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à FORNECEDORA/CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura Municipal de Tanguá e a Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Praças, Parques e Jardins por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

11.10. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

11.11 Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, a Contratante poderá deduzi-la do valor a ser pago à Contratada.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO DO VENCEDOR

12.1. O registro da FORNECEDORA poderá ser cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa e mediante despacho da autoridade competente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Praça, Parques e Jardins:

12.1.1. A pedido quando:

a) comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortui-

to ou de força maior;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

12.1.2. Por iniciativa desta Municipalidade, quando:

a) a fornecedora não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) a fornecedora perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) houver razões de interesse público devidamente motivada e justificada;

d) a fornecedora não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) a fornecedora não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

12.1.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, esta Municipalidade fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais participantes a nova ordem de registro.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará as consequências dos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, bem como do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e do artigo 14 do Anexo I do Decreto 3.555/2000.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

14.2. De acordo com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à FORNECEDORA/CONTRATADA:

a) advertência formal, na ocorrência de descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais;

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total atualizado da Ata, a critério da CONTRATANTE, na ocorrência de atraso injustificado na execução de quaisquer obrigações, a

partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado até a data da efetiva execução, limitado a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado, conforme o caso, descumprimento parcial ou total da obrigação;

c) multa penal de 20% (vinte por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a FORNECEDORA/CONTRATADA der causa à inexecução parcial da contratação;

d) multa penal de 30% (trinta por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a FORNECEDORA/CONTRATADA der causa à inexecução total da contratação;

e) multa compensatória do valor integral e atualizado, comprovado, incluindo-se custos diretos e indiretos, do prejuízo causado pela FORNECEDORA/CONTRATADA à Municipalidade ou a terceiros;

f) impedimento de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo que a CONTRATANTE fixar, obedecidos os limites previstos no artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 ou, quando for o caso, no artigo 7º da Lei 10.520/2 002, que será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a habilitação e/ou contratação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata, e demais cominações legais;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. As multas estabelecidas nos itens “b” e “c” serão majoradas em 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese de reincidência da FORNECEDORA/CONTRATADA.

14.4. As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à FORNECEDORA/CONTRATADA ou serão pagas mediante recolhimento de Tributos, cujo comprovante deverá ser apresentado à CONTRATANTE, ou, ainda, quando for o caso, serão cobradas judicialmente. Sobre as multas incidirão juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, em caso de atraso no recolhimento.

14.4.1. As multas serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas, inclusive com as demais penalidades acima enumeradas, e aplicadas com base no valor total atualizado do contrato;

14.4.2. Considera-se, para fins de aplicação da

penalidade de multa, como valor total atualizado do contrato aquele total inicial atualizado pelo IGP-DI (FGV), ou, na sua ausência, por aquele que vier a substituí-lo, no período compreendido entre o mês da apresentação da proposta até o mês anterior ao fato que ensejou a penalidade.

14.5. As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram esta Ata o Edital do Pregão nº 070/2015 e seus anexos, bem como a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

15.2. Fica eleito foro da Comarca de Itaboraí para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

15.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000, o Decreto nº 3.931/01, atualizados, e demais normas aplicáveis.

15.4 E por estarem assim justos e acordados, firmam a presente Ata de Registro de Preços, em 04 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito legal, perante testemunhas do ato que também subscrevem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA DIVULGAÇÃO

16.1. A publicação da Ata de Registro de Preços será feita em Imprensa Oficial do Município, que é condição indispensável para sua eficácia, e será providenciado pelo CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

Tanguá, 28 de Dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_

CONTRATANTE

\_\_\_\_\_

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

CI:\_\_\_\_\_ CPF:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2ª) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

CI:\_\_\_\_\_ CPF:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

CONCESSÃO DE LICENÇA

A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, torna público que recebeu da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ através da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, PRAÇAS, PARQUES E JARDINS - SEMMA, processo Nº 2539/15, DISPENSA DE LICENÇA, para execução de obra de pavimentação de passeios em logradouros no Bairro Ampliação, Tanguá – RJ.

CONCESSÃO DE LICENÇA

A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, torna público que recebeu da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ através da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, PRAÇAS, PARQUES E JARDINS - SEMMA, processo Nº 2471/15, DISPENSA DE LICENÇA, para execução de obra de construção de pista de skate na Rua João Batista Cáffaro esquina com a Avenida do Contorno, Bairro Vila Cortes, Tanguá – RJ.

CONCESSÃO DE LICENÇA

A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, torna público que recebeu da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ através da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, PRAÇAS, PARQUES E JARDINS - SEMMA, processo Nº 2473/15, DISPENSA DE LICENÇA, para execução de obra de construção de praça multicultura na Rua 3, Bairro Vila Cortes, Tanguá – RJ.

CONCESSÃO DE LICENÇA

A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, torna público que recebeu da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ através da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, PRAÇAS, PARQUES E JARDINS - SEMMA, processo Nº 2472/15, DISPENSA DE LICENÇA, para execução de obra de infraestrutura no Campo do Pinhão, na Rua Euclides da Silva, Bairro Pinhão, Tanguá – RJ.

CONCESSÃO DE LICENÇA

A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, torna público que recebeu da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ através da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, PRAÇAS, PARQUES E JARDINS - SEMMA, processo Nº 2470/15, DISPENSA DE LICENÇA, para execução de obra de pavimentação e drenagem nas Ruas José Carlos Pereira e trecho da Rua Valdevino da Silva, Bairro Vila Cortes, Tanguá – RJ.



## SECRETARIA DE SAÚDE

### Resolução CMS n. 05/15

Tanguá, 27 de novembro de 2015.

O Colegiado Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Tanguá em Reunião Extraordinária realizada em 25 de novembro de 2015, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 025/1997, de 28 de junho de 1997, alterada pela Lei nº 0661/2008, de 29 de fevereiro de 2008, e

#### CONSIDERANDO:

1. A apresentação do Relatório Anual de Gestão do ano de 2014 da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descrito na Ata da Reunião supracitada;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade o Relatório Anual de Gestão (RAG) do ano de 2014 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se.

**MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL**  
Secretário Municipal de Saúde

### Resolução CMS n. 06/15

Tanguá, 27 de novembro de 2015.

O Colegiado Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Tanguá em Reunião Extraordinária realizada em 25 de novembro de 2015, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 025/1997, de 28 de junho de 1997, alterada pela Lei nº 0661/2008, de 29 de fevereiro de 2008, e

#### CONSIDERANDO:

1. As vacâncias no segmento Usuários, após a 4ª Conferência Municipal de Saúde de Tanguá;

2. O mandato vigente expirar no dia 28/11/2015;

3. O art. 20 do Regimento Interno deste Conselho que estabelece prazo de 30 dias entre a convocação e a realização de Fórum eleitoral para composição do Conselho Municipal de Saúde;

4. O art. 25 do Regimento Interno deste Conselho que estabelece que para não haver descontinuidade nos trabalhos do Conselho Municipal de Saúde, os antigos conselheiros deverão permanecer até que os conselheiros eleitos possam tomar posse;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade a prorroga-

ção do mandato vigente do Conselho Municipal de Saúde por até 90 (noventa) dias, a fim de que seja realizada uma Reunião Ampliada para completar a composição do novo colegiado.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se.

**MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL**  
Secretário Municipal de Saúde

### Resolução CMS n. 007/15

Tanguá, 10 de dezembro de 2015.

O Colegiado Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Tanguá em Reunião Ordinária realizada em 09 de dezembro de 2015, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 025/1997, de 28 de junho de 1997, alterada pela Lei nº 0661/2008, de 29 de fevereiro de 2008, e

#### CONSIDERANDO:

1. A apresentação da Programação Anual de Saúde (PAS) referente ano de 2016;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade dos conselheiros presentes, a Programação Anual de Saúde (PAS) de 2016.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor nesta data.

Art. 3º - Publique-se.

**Marcelo Sá Bagueira Leal**  
Presidente

### Resolução CMS n. 008/15

Tanguá, 17 de dezembro de 2015.

O Colegiado Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Tanguá em Reunião Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2015, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 025/1997, de 28 de junho de 1997, alterada pelas Leis nº 0661/2008, de 29 de fevereiro de 2008, e nº 0995/2015, de 27 de novembro de 2015, e

#### CONSIDERANDO:

As vacâncias no segmento Usuários, após a 4ª Conferência Municipal de Saúde de Tanguá e alteração da Lei de composição do Conselho Municipal de Saúde.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada Reunião Ampliada do Conselho Municipal de Saúde de Tanguá, a realizar-se em 13 de janeiro de 2016, de 14h às

17h, na Sala de reuniões da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - A Reunião que trata o Artigo 1º tem a finalidade de definir a vaga de titular e suplente do subsegmento Entidades de Patologia e a vaga de titular e suplente de Pessoa com Deficiência, na composição do Conselho Municipal de Saúde para o quadriênio 2015-2018.

Art. 3º - Ficam convocadas a participar da reunião supracitada, todas as entidades legalmente constituídas e representativas dos subsegmentos citados no Artigo 2º. As entidades deverão se credenciar no dia da Reunião Ampliada (13/01/2016), às 14h, apresentando original e cópia do Ato constitutivo e Ata da assembleia ou reunião da entidade que indicou o representante.

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor nesta data.

Art. 5º - Publique-se.

**Marcelo Sá Bagueira Leal**  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

## SECRETARIA DE FAZENDA

### DECRETO Nº 0075/15 de 03 de novembro de 2015

Cria elementos de despesa e abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 1.040.296,09, em favor da Secretaria Municipal de Saúde.

O Prefeito do Município de Tanguá, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso III, § 1º, Art. 43 da Lei 4.320, combinado com a Lei 0945/14 de 14/11/2014.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica criado o elemento de despesa 33.90.30.00.00 (Material de Consumo), com a fonte 0132 (SUS - MAC), no programa de trabalho 07.002.001-10.302.0022.2.065 (Manutenção da Rede de Saúde Ambulatorial e de Urgência e Emergência).

Art. 2º Fica criado o elemento de despesa 44.90.52.00.00 (Equipamentos e Material Permanente), com a fonte 0138 (SUS - ESTADO), no programa de trabalho 07.002.001-10.302.0022.2.065 (Manutenção da Rede de Saúde Ambulatorial e de Urgência e Emergência).

Art. 3º Fica criado o elemento de despesa 44.90.52.00.00 (Equipamentos e Material Permanente), com a fonte 0160 (Royalties - União Lei 7990/89), no programa de trabalho 07.002.001-10.301.0020.1.060 (Equipamentos e Material Per-



manente para Atenção Básica).

Art. 4º Fica criado o elemento de despesa 44.90.51.00.00 (Obras e Instalações), com a fonte 0160 (Royalties - União Lei 7990/89), no programa de trabalho 07.002.001-10.301.0020.1.017 (Construção de Unidades Básicas de Saúde).

Art. 5º Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação de dotação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 1.040.296,09 (um milhão e quarenta mil, duzentos e noventa e seis reais e nove centavos), em favor da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica alterado o quadro de detalhamento das despesas do Orçamento Geral do Município, conforme o anexo.

Art. 7º Este crédito visa atender as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 8º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Tanguá - RJ, 03 de novembro de 2015

VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO

PREFEITO

ANEXO - DECRETO Nº 0075/15 - 03 DE NOVEMBRO DE 2015				
SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Saúde				
07.002.001-10.302.0022.2.065 Manutenção da Rede de Saúde Ambulatorial e de Urgência e Emergência				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
281	33.90.30.00.00	Material de Consumo	0132	33.631,09
628	44.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0138	88.436,00
280	33.90.30.00.00	Material de Consumo	0130	54.891,91
SUBTOTAL				176.959,00
07.002.001-10.301.0020.1.060 Equipamenos e Material Permanente para Atenção Básica				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
634	44.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0160	20.838,66
229	44.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0136	185.990,00
SUBTOTAL				206.828,66
07.002.001-10.301.0020.1.017 Construção de Unidades Básicas de Saúde				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
635	44.90.51.00.00	Obras e Instalações	0160	36.913,05
SUBTOTAL				36.913,05
07.002.001-10.302.0021.2.058 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos - Saúde Mental				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
609	31.90.04.99.01	Contratação de Pessoal (Exceto Fundeb)	0132	6.034,28
610	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0132	9.282,26
272	31.90.13.03.00	INSS	0130	2.042,10
616	31.90.13.99.01	INSS Contrato (Exceto Fundeb)	0130	1.327,54
SUBTOTAL				18.686,18
07.002.001-10.301.0020.2.051 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos - Agentes Comunitários de Saúde				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
235	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0131	70.980,00
237	31.90.13.03.00	INSS	0130	22.874,55
SUBTOTAL				93.854,55
07.002.001-10.301.0020.2.050 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos - Saúde da Família				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
594	31.90.04.99.01	Contratação de Pessoal (Exceto Fundeb)	0131	17.232,81
231	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0131	47.807,19
593	31.90.04.99.01	Contratação de Pessoal (Exceto Fundeb)	0130	13.305,73
602	31.90.13.99.01	INSS Contrato (Exceto Fundeb)	0130	6.213,60
SUBTOTAL				84.559,33

07.002.001-10.301.0020.2.052 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos - Saúde Bucal				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
239	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0131	6.673,11
SUBTOTAL				6.673,11
07.002.001-10.301.0020.2.057 Núcleo de Atenção à Saúde da Família - NASF				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
611	31.90.04.99.01	Contratação de Pessoal (Exceto Fundeb)	0131	2.453,33
615	31.90.13.99.01	INSS Contrato (Exceto Fundeb)	0130	539,73
SUBTOTAL				2.993,06
07.002.001-10.122.0019.2.155 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos - FMS				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
592	31.90.04.99.01	Contratação de Pessoal (Exceto Fundeb)	0130	232.406,18
601	31.90.13.99.01	INSS Contrato (Exceto Fundeb)	0130	47.956,53
SUBTOTAL				280.362,71
07.002.001-10.305.0024.2.071 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos - Vigilância em Saúde				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
595	31.90.04.99.01	Contratação de Pessoal (Exceto Fundeb)	0130	8.692,00
311	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0130	34.000,81
314	31.90.13.03.00	INSS	0130	6.854,37
603	31.90.13.99.01	INSS Contrato (Exceto Fundeb)	0130	1.768,54
SUBTOTAL				51.315,72
07.001.001-10.122.0019.2.044 Manutenção Operacional e Administrativa - Sems				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
212	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0130	25.996,73
617	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0160	53.757,00
SUBTOTAL				79.753,73
07.002.001-10.303.0023.2.068 Manutenção da Farmácia Popular do Brasil				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
303	31.90.13.03.00	INSS	0130	1.396,99
SUBTOTAL				1.396,99
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				1.040.296,09

REDUÇÃO				
07.002.001-10.302.0022.2.065 Manutenção da Rede de Saúde Ambulatorial e de Urgência e Emergência				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
287	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0132	48.947,63
SUBTOTAL				48.947,63
07.002.001-10.303.0023.2.055 Aquisição de Medicamentos para a Assistência Farmacêutica				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
301	33.90.30.00.00	Material de Consumo	0138	87.000,00
SUBTOTAL				87.000,00
07.002.001-10.301.0020.2.053 Manutenção da Rede de Atenção Básica em Saúde				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
244	33.90.30.00.00	Material de Consumo	0138	1.436,00
SUBTOTAL				1.436,00

## DECRETO Nº 0076/15 de 03 de novembro de 2015

Cria elemento de despesa e abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 76.654,07, em favor da Secretaria Municipal de Governo, da Secretaria Municipal de Administração e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Praças, Parques e Jardins.

O Prefeito do Município de Tanguá, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso III, § 1º, Art. 43 da Lei 4.320, combinado com a Lei 0945/14 de 14/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o elemento de despesa 33.90.30.00.00 (Material de Consumo), com a

fonte 0160 (Royalties - União Lei 7990/89), no programa de trabalho 02.001.001-04.122.0002.2.004 (Manutenção Operacional e Administrativa - Semgov).

Art. 2º Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação de dotação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 76.654,07 (setenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e sete centavos), em favor da Secretaria Municipal de Governo, da Secretaria Municipal de Administração e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Praças, Parques e Jardins.

Art. 3º Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica alterado o quadro de detalhamento das despesas do Orçamento Geral do Município, conforme o anexo.

Art. 4º Este crédito visa atender as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Governo, pela Secretaria Municipal de Administração e pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Praças, Parques e Jardins.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Tanguá - RJ, 03 de novembro de 2015

VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO

PREFEITO

ANEXO 1 - DECRETO Nº 0076/15 - 03 DE NOVEMBRO DE 2015				
SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Governo				
02.001.001-04.122.0002.2.004 Manutenção Operacional e Administrativa - Semgov				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
637	33.90.30.00.00	Material de Consumo	0160	8.000,00
27	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100	25.997,79
SUBTOTAL				33.997,79
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				33.997,79

REDUÇÃO				
04.001.001-04.122.0002.2.013 Manutenção Operacional e Administrativa - Semsop				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
71	33.90.30.00.00	Material de Consumo	0160	8.000,00
SUBTOTAL				8.000,00
06.001.001-04.122.0002.2.041 Manutenção Operacional e Administrativa - Semfa				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
196	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100	25.997,79
SUBTOTAL				25.997,79
TOTAL DE REDUÇÃO				33.997,79



## ANEXO 2 - DECRETO Nº 0076/15 - 03 DE NOVEMBRO DE 2015

### SUPLEMENTAÇÃO

Secretaria Municipal de Administração

03.001.001-04.122.0002.2.009 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos dos Servidores Municipais				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
591	31.90.04.99.01	Contratação de Pessoal (Exceto Fundeb)	0100	24.653,94
597	31.90.13.99.01	INSS Contrato (Exceto Fundeb)	0100	5.016,28
SUBTOTAL				29.670,22
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				29.670,22

### REDUÇÃO

03.001.001-04.122.0002.2.009 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos dos Servidores Municipais				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
58	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0100	24.653,94
60	31.90.13.03.00	INSS	0100	5.016,28
SUBTOTAL				29.670,22
TOTAL DE REDUÇÃO				29.670,22

## ANEXO 3 - DECRETO Nº 0076/15 - 03 DE NOVEMBRO DE 2015

### SUPLEMENTAÇÃO

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Praças, Parques e Jardins

12.002.001-18.541.0035.2.133 Fortalecimento da Secretaria de Meio Ambiente				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
533	33.90.30.00.00	Material de Consumo	0111	12.986,06
SUBTOTAL				12.986,06
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				12.986,06

### REDUÇÃO

12.002.001-18.541.0035.2.133 Fortalecimento da Secretaria de Meio Ambiente				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
537	44.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0111	12.986,06
SUBTOTAL				12.986,06
TOTAL DE REDUÇÃO				12.986,06

## DECRETO Nº 0077/15 de 03 de novembro de 2015

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 1.665.003,46, em favor da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

O Prefeito do Município de Tanguá, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso III, § 1º, Art. 43 da Lei 4.320, combinado com a Lei 0945/14 de 14/11/2014.

### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação de dotação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 1.665.003,46 (um milhão, seiscentos e sessenta e cinco mil e três reais e quarenta e seis centavos), em favor da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica alterado o quadro de detalhamento das despesas do Orçamento Geral do Município, conforme o anexo.

Art. 3º Este crédito visa atender as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Tanguá - RJ, 03 de novembro de 2015

**VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO**  
**PREFEITO**

## ANEXO - DECRETO Nº 0077/15 - 03 DE NOVEMBRO DE 2015

### SUPLEMENTAÇÃO

Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

05.001.001-12.365.0010.1.064 Construção de Creche Bandeirantes				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
152	44.90.51.00.00	Obras e Instalações	0126	974.490,96
SUBTOTAL				974.490,96
05.001.001-12.365.0010.2.022 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos (Ensino Infantil)				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
166	31.90.11.01.00	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil (Fundeb Min 60%)	0121	284.863,88
164	31.90.09.99.01	Salário-Família (Fundeb Min 60%)	0121	2.525,00
589	31.90.04.01.00	Contratação de Pessoal (Fundeb 60%)	0121	35.927,25
172	31.90.13.04.02	INSS (Fundeb Min 60%)	0121	57.960,56
600	31.90.13.04.03	INSS Contrato (Fundeb 60%)	0121	7.310,03
SUBTOTAL				388.586,72
05.001.001-12.361.0009.2.021 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos (Ensino Fundamental)				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
588	31.90.04.01.00	Contratação de Pessoal (Fundeb 60%)	0121	179.965,14
123	31.90.13.03.00	INSS	0120	24.362,61
605	31.90.13.04.03	INSS Contrato (Fundeb 60%)	0121	36.617,07
SUBTOTAL				240.944,82
05.001.001-12.365.0010.2.020 Manutenção de Unidades Escolares (Ensino Infantil)				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
157	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0122	59.218,53
SUBTOTAL				59.218,53
05.001.001-12.363.0015.2.035 Pessoal Civil e Encargos - Escola de Qualificação				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
149	31.90.13.03.00	INSS	0100	1.762,43
SUBTOTAL				1.762,43
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				1.665.003,46

### REDUÇÃO

05.001.001-27.812.0016.1.048 Construção de Quadras de Esportes				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
186	44.90.51.00.00	Obras e Instalações	0126	974.490,96
SUBTOTAL				974.490,96
05.001.001-12.361.0009.2.021 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos (Ensino Fundamental)				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
119	31.90.11.01.00	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil (Fundeb Min 60%)	0121	503.281,27
125	31.90.13.04.02	INSS (Fundeb Min 60%)	0121	101.887,66
SUBTOTAL				605.168,93
05.001.001-12.361.0009.2.019 Manutenção de Unidades Escolares (Ensino Fundamental)				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
110	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0122	59.218,53
SUBTOTAL				59.218,53
05.001.001-12.365.0010.2.020 Manutenção de Unidades Escolares (Ensino Infantil)				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
159	33.90.49.00.00	Auxílio-Transporte	0120	24.362,61
SUBTOTAL				24.362,61
05.001.001-12.363.0015.2.035 Pessoal Civil e Encargos - Escola de Qualificação				

Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
148	31.90.13.01.00	FGTS	0100	1.762,43
SUBTOTAL				1.762,43
TOTAL DE REDUÇÃO				1.665.003,46

## DECRETO Nº 0078/15 de 03 de novembro de 2015

Cria elementos de despesa e abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 25.318,96, em favor da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

O Prefeito do Município de Tanguá, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso III, § 1º, Art. 43 da Lei 4.320, combinado com a Lei 0945/14 de 14/11/2014.

### DECRETA:

Art. 1º Ficam criados os elementos de despesa 31.90.04.99.01 (Contratação de Pessoal - Exceto Fundeb) com a fonte 0116 (FNAS) e 31.90.13.99.01 (INSS Contrato - Exceto Fundeb) com a fonte 0100 (Recursos Ordinários), no programa de trabalho 10.002.001-08.244.0027.2.104 (Atendimento Integral a Família - Federal).

Art. 2º Ficam criados os elementos de despesa 31.90.04.99.01 (Contratação de Pessoal - Exceto Fundeb) com a fonte 0116 (FNAS) e 31.90.13.99.01 (INSS Contrato - Exceto Fundeb) com a fonte 0100 (Recursos Ordinários), no programa de trabalho 10.002.001-08.244.0028.2.140 (Proteção Social Especial - Média Complexidade).

Art. 3º Fica criado o elemento de despesa 31.90.13.03.00 (INSS) com a fonte 0100 (Recursos Ordinários), no programa de trabalho 10.002.001-08.243.0027.2.105 (Proteção Social Básica).

Art. 4º Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação de dotação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 25.318,96 (vinte e cinco mil, trezentos e dezoito reais e noventa e seis centavos), em favor da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 5º Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica alterado o quadro de detalhamento das despesas do Orçamento Geral do Município, conforme o anexo.

Art. 6º Este crédito visa atender as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 7º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos



tos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Tanguá - RJ, 03 de novembro de 2015

VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO  
PREFEITO

ANEXO - DECRETO Nº 0078/15 - 03 DE NOVEMBRO DE 2015				
SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação				
10.002.001-08.244.0027.2.106 Índice de Gestão Descentralizada - Bolsa Família				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
590	31.90.04.99.01	Contratação de Pessoal (Exceto Fundeb)	0116	5.308,30
598	31.90.13.99.01	INSS Contrato (Exceto Fundeb)	0100	1.179,51
SUBTOTAL				6.487,81
10.002.001-08.244.0027.2.104 Atendimento Integral a Família - Federal				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
629	31.90.04.99.01	Contratação de Pessoal (Exceto Fundeb)	0116	5.352,63
631	31.90.13.99.01	INSS Contrato (Exceto Fundeb)	0100	1.089,09
SUBTOTAL				6.441,72
10.002.001-08.244.0028.2.140 Proteção Social Especial - Média Complexidade				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
630	31.90.04.99.01	Contratação de Pessoal (Exceto Fundeb)	0116	3.925,94
632	31.90.13.99.01	INSS Contrato (Exceto Fundeb)	0100	798,81
SUBTOTAL				4.724,75
10.002.001-08.243.0027.2.105 Proteção Social Básica				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
580	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0116	6.271,21
633	31.90.13.03.00	INSS	0100	1.393,47
SUBTOTAL				7.664,68
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				25.318,96

REDUÇÃO				
10.002.001-08.244.0027.2.106 Índice de Gestão Descentralizada - Bolsa Família				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
454	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0116	5.308,30
SUBTOTAL				5.308,30
10.002.001-08.244.0028.2.140 Proteção Social Especial - Média Complexidade				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
461	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0116	15.549,78
SUBTOTAL				15.549,78
10.002.001-08.244.0026.2.154 Promoção de Autonomia e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
437	31.90.13.03.00	INSS	0100	4.460,88
SUBTOTAL				4.460,88
TOTAL DE REDUÇÃO				25.318,96

DECRETO Nº 0080/15 de 11 de dezembro de 2015

Abre crédito adicional suplementar, por supervávit financeiro, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 791.172,93, em favor da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

O Prefeito do Município de Tanguá, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso I, § 1º, Art. 43 da Lei 4.320, combinado com a Lei 0996/15 de 11/12/2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, por supervávit financeiro, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 791.172,93 (setecen-

tos e noventa e um mil, cento e setenta e dois reais e noventa e três centavos), em favor da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica alterado o quadro de detalhamento das despesas do Orçamento Geral do Município, conforme o anexo.

Art. 3º Este crédito visa atender as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Tanguá - RJ, 11 de dezembro de 2015

VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO  
PREFEITO

ANEXO - DECRETO Nº 0080/15 - 11 DE DEZEMBRO DE 2015				
SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer				
05.001.001-12.361.0009.1.059 Aquisição de Mobiliários e Equipamentos (FNDE-PAR-TD)				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
132	33.90.30.00.00	Material de Consumo	0105	191.172,93
134	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0105	600.000,00
SUBTOTAL				791.172,93
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				791.172,93

DECRETO Nº 0081/15 de 11 de dezembro de 2015

Abre crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 116.261,88, em favor da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

O Prefeito do Município de Tanguá, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso II, § 1º, Art. 43 da Lei 4.320, combinado com a Lei 0997/15 de 11/12/2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 116.261,88 (cento e dezesseis mil, duzentos e sessenta e um reais e oitenta e oito centavos), em favor da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica alterado o quadro de detalhamento das despesas do Orçamento Geral do Município, conforme o anexo.

Art. 3º Este crédito visa atender as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assina-

tura, revogadas as disposições em contrário.

Tanguá - RJ, 11 de dezembro de 2015

VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO  
PREFEITO

ANEXO - DECRETO Nº 0081/15 - 11 DE DEZEMBRO DE 2015				
SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos				
04.001.001-25.752.0006.2.015 Manutenção da Rede de Iluminação Pública				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
90	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0107	116.261,88
SUBTOTAL				116.261,88
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				116.261,88

DECRETO Nº 0082/15 de 11 de dezembro de 2015

Cria elemento de despesa e abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 5.412.691,87, em favor da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

O Prefeito do Município de Tanguá, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso III, § 1º, Art. 43 da Lei 4.320, combinado com a Lei 0945/14 de 14/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o elemento de despesa 33.90.39.00.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), com a fonte 0160 (Royalties - União Lei 7990/89), no programa de trabalho 04.001.001-25.752.0006.2.015 (Manutenção da Rede de Iluminação Pública).

Art. 2º Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação de dotação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 5.412.691,87 (cinco milhões, quatrocentos e doze mil, seiscentos e noventa e um reais e oitenta e sete centavos), em favor da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art. 3º Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica alterado o quadro de detalhamento das despesas do Orçamento Geral do Município, conforme o anexo.

Art. 4º Este crédito visa atender as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Tanguá - RJ, 11 de dezembro de 2015

VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO  
PREFEITO



## ANEXO 1 - DECRETO Nº 0082/15 - 11 DE DEZEMBRO DE 2015

### SUPLEMENTAÇÃO

#### Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

04.001.001-25.752.0006.2.015 Manutenção da Rede de Iluminação Pública				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
636	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0160	13.985,58
90	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0107	466,30
SUBTOTAL				14.451,88
04.001.001-15.451.0008.1.006 Obras de Infraestrutura Urbana				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
83	44.90.51.00.00	Obras e Instalações	0150	3.416.272,92
84	44.90.51.00.00	Obras e Instalações	0160	120.471,01
SUBTOTAL				3.536.743,93
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				3.551.195,81

### REDUÇÃO

04.001.001-04.122.0002.2.013 Manutenção Operacional e Administrativa - Semosp				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
73	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0160	134.456,59
89	33.90.30.00.00	Material de Consumo	0107	466,30
SUBTOTAL				134.922,89
04.001.001-15.451.0008.1.065 Ampliação de Pontilhões no Bairro de Vila Cortes				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
87	44.90.51.00.00	Obras e Instalações	0150	600.000,00
SUBTOTAL				600.000,00
04.001.001-15.451.0008.1.066 Canalização de Valões no Bairro de Vila Cortes				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
88	44.90.51.00.00	Obras e Instalações	0150	1.000.000,00
SUBTOTAL				1.000.000,00
05.001.001-27.813.0016.1.047 Construção de Praça Pública no bairro de Riachão				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
191	44.90.51.00.00	Obras e Instalações	0150	640.000,00
SUBTOTAL				640.000,00
05.001.001-27.813.0016.1.052 Construção de Praças Públicas				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
192	44.90.51.00.00	Obras e Instalações	0150	500.000,00
SUBTOTAL				500.000,00
12.001.001-17.512.0032.1.053 Ampliação da Rede de Abastecimento de Água				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
502	44.90.51.00.00	Obras e Instalações	0150	600.000,00
SUBTOTAL				600.000,00
12.001.001-17.512.0032.1.034 Ampliação da Cobertura do Sistema de Esgotamento Sanitário				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
500	44.90.51.00.00	Obras e Instalações	0150	76.272,92
SUBTOTAL				76.272,92
TOTAL DE REDUÇÃO				3.551.195,81

## ANEXO 2 - DECRETO Nº 0082/15 - 11 DE DEZEMBRO DE 2015

### SUPLEMENTAÇÃO

#### Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

05.001.001-12.361.0009.2.026 Manutenção de Unidades Escolares (Salário-Educação)				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
136	44.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0105	341.120,00
132	33.90.30.00.00	Material de Consumo	0105	4.139,57
SUBTOTAL				345.259,57
05.001.001-12.361.0012.2.027 Transportar Alunos da Rede Municipal				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
142	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0105	171.365,31
SUBTOTAL				171.365,31
05.001.001-12.365.0010.2.020 Manutenção de Unidades Escolares (Ensino Infantil)				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
157	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0122	59.976,04
SUBTOTAL				59.976,04
05.001.001-12.363.0015.2.035 Pessoal Civil e Encargos - Escola de Qualificação				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
147	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0100	5.824,57
149	31.90.13.03.00	INSS	0100	2.368,46
SUBTOTAL				8.193,03
05.001.001-12.365.0010.2.022 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos (Ensino Infantil)				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
589	31.90.04.01.00	Contratação de Pessoal (Fundeb 60%)	0121	53.190,91
166	31.90.11.01.00	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil (Fundeb Min 60%)	0121	668.868,46
172	31.90.13.04.02	INSS (Fundeb Min 60%)	0121	108.722,89
600	31.90.13.04.03	INSS Contrato (Fundeb 60%)	0121	3.450,57
164	31.90.09.99.01	Salário-Família (Fundeb Min 60%)	0121	2.625,00
167	31.90.11.02.00	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil (Fundeb Até 40%)	0122	4.781,43
165	31.90.09.99.02	Salário-Família (Fundeb Até 40%)	0122	50,00
SUBTOTAL				841.689,26
05.001.001-12.361.0009.2.021 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos (Ensino Fundamental)				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
588	31.90.04.01.00	Contratação de Pessoal (Fundeb 60%)	0121	251.091,52
123	31.90.13.03.00	INSS	0120	20.623,96
605	31.90.13.04.03	INSS Contrato (Fundeb 60%)	0121	14.166,04
118	31.90.09.99.02	Salário-Família (Fundeb Até 40%)	0122	825,60
SUBTOTAL				286.707,12
05.001.001-12.306.0014.2.033 Alimentação Escolar para Alunos do Ensino Fundamental				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
102	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0124	6.916,12
101	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100	141.389,61
SUBTOTAL				148.305,73
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				1.861.496,06

### REDUÇÃO

05.001.001-12.361.0009.2.026 Manutenção de Unidades Escolares (Salário-Educação)				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
134	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0105	516.624,88
SUBTOTAL				516.624,88
05.001.001-12.361.0009.2.019 Manutenção de Unidades Escolares (Ensino Fundamental)				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
110	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0122	59.976,04
SUBTOTAL				59.976,04

05.001.001-12.363.0015.2.036 Manutenção Operacional da Escola de Qualificação				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
151	44.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0100	5.824,57
150	33.90.30.00.00	Material de Consumo	0100	1.876,21
SUBTOTAL				7.700,78
05.001.001-12.361.0009.2.021 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos (Ensino Fundamental)				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
119	31.90.11.01.00	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil (Fundeb Min 60%)	0121	975.775,89
121	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0120	20.623,96
125	31.90.13.04.02	INSS (Fundeb Min 60%)	0121	126.339,50
120	31.90.11.02.00	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil (Fundeb Até 40%)	0122	5.657,03
SUBTOTAL				1.128.396,38
05.001.001-12.363.0015.2.035 Pessoal Civil e Encargos - Escola de Qualificação				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
148	31.90.13.01.00	FGTS	0100	281,37
146	31.90.09.01.00	Salário-Família	0100	210,88
SUBTOTAL				492,25
05.001.001-12.306.0014.2.034 Alimentação Saudável para Alunos da Pré-Escola				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
104	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0124	6.916,12
103	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100	1.433,60
SUBTOTAL				8.349,72
05.001.001-12.306.0014.2.032 Alimentação Escolar para Alunos das Creches				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
99	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100	92.539,20
SUBTOTAL				92.539,20
05.001.001-12.306.0014.2.031 Alimentação Escolar para Jovens e Adultos				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
97	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100	13.336,32
SUBTOTAL				13.336,32
05.001.001-27.812.0016.1.002 Infra-Estrutura para o Esporte Recreativo e de Lazer				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
573	44.90.51.00.00	Obras e Instalações	0100	34.080,49
SUBTOTAL				34.080,49
TOTAL DE REDUÇÃO				1.861.496,06

## DECRETO Nº 0083/15 de 11 de dezembro de 2015

Cria elemento de despesa e abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 1.136.840,01, em favor da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Governo.

O Prefeito do Município de Tanguá, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso III, § 1º, Art. 43 da Lei 4.320, combinado com a Lei 0945/14 de 14/11/2014.

### DECRETA:

Art. 1º Fica criado o elemento de despesa 44.90.52.00.00 (Equipamentos e Material Permanente), com a fonte 0131 (SUS - Atenção Básica), no programa de trabalho 07.002.001-10.301.0020.2.067 (Desenvolver Ações de Saúde Escolar).

Art. 2º Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação de dotação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 1.136.840,01 (um milhão, cento e trinta e seis mil, oitocentos e quarenta reais e um centavo), em favor da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Governo.





Art. 3º Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica alterado o quadro de detalhamento das despesas do Orçamento Geral do Município, conforme o anexo.

Art. 4º Este crédito visa atender as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Secretaria Municipal de Governo.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Tanguá - RJ, 11 de dezembro de 2015

**VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO**

**PREFEITO**

ANEXO 1 - DECRETO Nº 0083/15 - 11 DE DEZEMBRO DE 2015				
SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Saúde				
07.002.001-10.301.0020.2.067 Desenvolver Ações de Saúde Escolar				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
638	44.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0131	3.690,00
266	33.90.30.00.00	Material de Consumo	0131	14.990,00
SUBTOTAL				18.680,00
07.001.001-10.122.0019.2.044 Manutenção Operacional e Administrativa - Sems				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
212	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0130	25.927,19
SUBTOTAL				25.927,19
07.002.001-10.122.0019.2.155 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos - FMS				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
592	31.90.04.99.01	Contratação de Pessoal (Exceto Fundeb)	0130	405.089,32
601	31.90.13.99.01	INSS Contrato (Exceto Fundeb)	0130	64.976,92
SUBTOTAL				470.066,24
07.002.001-10.301.0020.2.051 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos - Agentes Comunitários de Saúde				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
234	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0130	152.797,89
235	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0131	70.980,00
237	31.90.13.03.00	INSS	0130	39.448,45
SUBTOTAL				263.226,34
07.002.001-10.301.0020.2.050 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos - Saúde da Família				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
593	31.90.04.99.01	Contratação de Pessoal (Exceto Fundeb)	0130	55.916,25
602	31.90.13.99.01	INSS Contrato (Exceto Fundeb)	0130	8.953,04
SUBTOTAL				64.869,29
07.002.001-10.305.0024.2.071 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos - Vigilância em Saúde				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
595	31.90.04.99.01	Contratação de Pessoal (Exceto Fundeb)	0130	15.884,44
311	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0130	55.401,77
314	31.90.13.03.00	INSS	0130	12.227,70
603	31.90.13.99.01	INSS Contrato (Exceto Fundeb)	0130	2.571,17
SUBTOTAL				86.085,08
07.002.001-10.301.0020.2.052 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos - Saúde Bucal				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
238	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0130	12.517,33
SUBTOTAL				12.517,33
07.002.001-10.303.0023.2.068 Manutenção da Farmácia Popular do Brasil				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
302	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0134	10.227,59
303	31.90.13.03.00	INSS	0130	2.348,93
SUBTOTAL				12.576,52
07.002.001-10.302.0021.2.058 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos - Saúde Mental				

Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
609	31.90.04.99.01	Contratação de Pessoal (Exceto Fundeb)	0132	11.062,84
610	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0132	18.239,46
272	31.90.13.03.00	INSS	0130	3.867,59
616	31.90.13.99.01	INSS Contrato (Exceto Fundeb)	0130	2.323,19
SUBTOTAL				35.493,08
07.002.001-10.301.0020.2.057 Núcleo de Atenção à Saúde da Família - NASF				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
611	31.90.04.99.01	Contratação de Pessoal (Exceto Fundeb)	0131	3.060,28
615	31.90.13.99.01	INSS Contrato (Exceto Fundeb)	0130	631,09
SUBTOTAL				3.691,37
07.002.001-10.301.0020.2.053 Manutenção da Rede de Atenção Básica em Saúde				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
250	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0131	2.092,96
SUBTOTAL				2.092,96
07.002.001-10.302.0022.2.065 Manutenção da Rede de Saúde Ambulatorial e de Urgência e Emergência				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
281	33.90.30.00.00	Material de Consumo	0132	89.928,83
SUBTOTAL				89.928,83
07.002.001-10.302.0022.2.066 Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
292	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0132	4.532,37
SUBTOTAL				4.532,37
07.002.001-10.301.0020.1.017 Construção de Unidades Básicas de Saúde				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
635	44.90.51.00.00	Obras e Instalações	0160	8.981,78
SUBTOTAL				8.981,78
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				1.098.668,38

REDUÇÃO				
07.002.001-10.301.0020.2.067 Desenvolver Ações de Saúde Escolar				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
267	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0131	18.680,00
SUBTOTAL				18.680,00

07.002.001-10.122.0019.2.155 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos - FMS				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
221	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0130	703.973,20
223	31.90.13.03.00	INSS	0130	137.348,08
SUBTOTAL				841.321,28
07.002.001-10.301.0020.2.050 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos - Saúde da Família				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
230	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0130	19.560,99
SUBTOTAL				19.560,99

07.002.001-10.301.0020.2.057 Núcleo de Atenção à Saúde da Família - NASF				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
262	33.90.30.00.00	Material de Consumo	0131	43.000,00
263	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0131	28.548,61
259	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0131	2.491,67
SUBTOTAL				74.040,28

07.002.001-10.303.0023.2.068 Manutenção da Farmácia Popular do Brasil				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
304	33.90.30.00.00	Material de Consumo	0134	10.227,59
SUBTOTAL				10.227,59
07.002.001-10.302.0022.2.065 Manutenção da Rede de Saúde Ambulatorial e de Urgência e Emergência				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
287	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0132	123.763,50
SUBTOTAL				123.763,50

07.002.001-10.301.0020.2.053 Manutenção da Rede de Atenção Básica em Saúde				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
248	33.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0131	2.092,96
SUBTOTAL				2.092,96
04.001.001-04.122.0002.2.013 Manutenção Operacional e Administrativa - Semosp				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
73	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0160	8.981,78
SUBTOTAL				8.981,78
TOTAL DE REDUÇÃO				1.098.668,38

ANEXO 2 - DECRETO Nº 0083/15 - 11 DE DEZEMBRO DE 2015				
SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Governo				
02.001.001-26.782.0007.2.016 Operacionalização do Trânsito				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
53	44.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0108	12.103,22
SUBTOTAL				12.103,22
02.001.001-04.122.0002.2.004 Manutenção Operacional e Administrativa - Semgov				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
27	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100	26.068,41
SUBTOTAL				26.068,41
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				38.171,63

REDUÇÃO				
02.002.001-26.782.0007.2.016 Operacionalização do Trânsito				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
52	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0108	12.103,22
SUBTOTAL				12.103,22
06.001.001-04.122.0002.2.041 Manutenção Operacional e Administrativa - Semfa				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
196	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100	26.068,41
SUBTOTAL				26.068,41
TOTAL DE REDUÇÃO				38.171,63

## DECRETO Nº 0084/15 de 11 de dezembro de 2015

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 233.552,60, em favor da Secretaria Municipal de Administração, da Procuradoria Geral do Município e da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

O Prefeito do Município de Tanguá, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso III, § 1º, Art. 43 da Lei 4.320, combinado com a Lei 0945/14 de 14/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação de dotação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 233.552,60 (duzentos e trinta e três mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos), em favor da Secretaria Municipal de Administração, da Procuradoria Geral do Município e da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica alterado o quadro de detalhamento das despesas do Orçamento Geral do Município, conforme o anexo.

Art. 3º Este crédito visa atender as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Administração, pela Procuradoria Geral do Município e pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Tanguá - RJ, 11 de dezembro de 2015

**VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO**

**PREFEITO**



ANEXO 1 - DECRETO Nº 0084/15 - 11 DE DEZEMBRO DE 2015				
SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Administração				
03.001.001-04.122.002.2.009 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos dos Servidores Municipais				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
591	31.90.04.99.01	Contratação de Pessoal (Exceto Fundeb)	0100	19.151,63
57	31.90.09.01.00	Salário-Família	0100	227,30
60	31.90.13.03.00	INSS	0100	63.162,13
597	31.90.13.99.01	INSS Contrato (Exceto Fundeb)	0100	2.910,69
SUBTOTAL				85.451,75
03.001.001-28.846.0003.0.001 Pagamento de Indenizações Trabalhistas				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
69	31.90.94.00.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas	0100	4.397,71
SUBTOTAL				4.397,71
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				89.849,46

REDUÇÃO				
03.001.001-04.122.002.2.009 Pagamento de Pessoal Civil e Encargos dos Servidores Municipais				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
58	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0100	85.451,75
SUBTOTAL				85.451,75
03.001.001-04.122.002.2.011 Manutenção Operacional e Administrativa - Semad				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
63	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100	4.397,71
SUBTOTAL				4.397,71
TOTAL DE REDUÇÃO				89.849,46

ANEXO 2 - DECRETO Nº 0084/15 - 11 DE DEZEMBRO DE 2015				
SUPLEMENTAÇÃO				
Procuradoria Geral do Município				
08.001.001-28.846.0003.0.004 Pagamento de Sentenças Judiciais				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
327	33.90.91.01.00	Precatório Judicial	0100	126.079,44
SUBTOTAL				126.079,44
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				126.079,44

REDUÇÃO				
08.001.001-04.122.0002.2.081 Manutenção Operacional e Administrativa - PGM				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
323	33.90.14.00.00	Diárias - Civil	0100	5.000,00
324	33.90.30.00.00	Material de Consumo	0100	16.550,96
325	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100	40.000,00
326	44.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0100	12.000,00
SUBTOTAL				73.550,96
08.001.001-28.846.0003.0.004 Pagamento de Sentenças Judiciais				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
328	33.90.91.02.00	Sentenças Judiciais	0100	1.501,66
SUBTOTAL				1.501,66
08.001.001-28.846.0003.0.006 Pagamento de Emolumentos				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
329	33.90.91.03.00	Emolumentos	0100	27.000,00
SUBTOTAL				27.000,00
03.001.001-04.122.0002.2.011 Manutenção Operacional e Administrativa - Semad				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
63	33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100	24.026,82
SUBTOTAL				24.026,82
TOTAL DE REDUÇÃO				126.079,44

ANEXO 3 - DECRETO Nº 0084/15 - 11 DE DEZEMBRO DE 2015				
SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação				
10.002.001-08.244.0027.2.106 Índice de Gestão Descentralizada - Bolsa Família				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
590	31.90.04.99.01	Contratação de Pessoal (Exceto Fundeb)	0116	4.650,67
455	31.90.13.03.00	INSS	0100	934,00
598	31.90.13.99.01	INSS Contrato (Exceto Fundeb)	0100	1.033,37
SUBTOTAL				6.618,04
10.002.001-08.244.0028.2.140 Proteção Social Especial - Média Complexidade				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
630	31.90.04.99.01	Contratação de Pessoal (Exceto Fundeb)	0116	5.364,97
632	31.90.13.99.01	INSS Contrato (Exceto Fundeb)	0100	848,38
SUBTOTAL				6.213,35
10.002.001-08.243.0027.2.105 Proteção Social Básica				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
580	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0116	3.921,05
633	31.90.13.03.00	INSS	0100	871,26
SUBTOTAL				4.792,31
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				17.623,70

REDUÇÃO				
10.002.001-08.244.0028.2.140 Proteção Social Especial - Média Complexidade				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
461	31.90.11.99.01	Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	0116	13.936,69
462	31.90.13.03.00	INSS	0100	3.687,01
SUBTOTAL				17.623,70
TOTAL DE REDUÇÃO				17.623,70

## DECRETO Nº 0085/15 de 15 de dezembro de 2015

Abre crédito adicional suplementar, por supervávit financeiro, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 33.023,45, em favor da Secretaria Municipal de Governo.

O Prefeito do Município de Tanguá, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso I, § 1º, Art. 43 da Lei 4.320, combinado com a Lei 0998/15 de 15/12/2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, por supervávit financeiro, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 33.023,45 (trinta e três mil e vinte e três reais e quarenta e cinco centavos), em favor da Secretaria Municipal de Governo.

Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica alterado o quadro de detalhamento das despesas do Orçamento Geral do Município, conforme o anexo.

Art. 3º Este crédito visa atender as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Governo.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Tanguá - RJ, 15 de dezembro de 2015

**VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO**  
**PREFEITO**

ANEXO - DECRETO Nº 0085/15 - 15 DE DEZEMBRO DE 2015				
SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Governo				
02.002.001-26.782.0007.2.016 Operacionalização do Trânsito				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
53	44.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0108	33.023,45
SUBTOTAL				33.023,45
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				33.023,45

## SECRETARIA DE GOVERNO

### LEI Nº 0998 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, NA FORMA QUE MENCIONA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado abrir crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no valor de R\$ 33.023,45 (Trinta e três mil, vinte e três reais e quarenta e cinco centavos) ao Orçamento Vigente, em favor da Secretaria Municipal de Governo, conforme anexo.

Art. 2º - Os recursos deste crédito adicional suplementar são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014 do Fundo Municipal de Trânsito, conforme relatórios anexos.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, ficando revogadas as disposições em contrário.

Tanguá, 15 de dezembro de 2015.

**Valber Luiz Marcelo de Carvalho**  
**Prefeito Municipal**

ANEXO DA LEI Nº 0998, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO				
PT: 02.002.001-26.782.0007.2.016 – Operacionalização do Trânsito				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
53	44.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	108	33.023,45
Total				33.023,45

MEMÓRIA DE CÁLCULO

LEI Nº 0998, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Contas Vinculadas:	19.622-7 e 102-3
Fonte de Recurso:	108 (FMT)



ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
Disponibilidades:	39.780,75	DDO / Consignações:	0,00
		RP Processados:	0,00
		RP Não Processados:	6.757,30
		Outros Passivos Financeiros:	0,00
Déficit:	0,00	Superávit:	33.023,45
TOTAL:	39.780,75	TOTAL:	39.780,75

LEI Nº 0999 DE 15  
DE DEZEMBRO DE 2015.

ALTERA A LEI Nº 0947/14 E LEI Nº 0950/14  
PARA EXTINGUIR E CRIAR CARGOS DA ADMINIS-  
TRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ: Faço  
saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sancio-  
no a seguinte

LEI  
Art. 1º - Ficam extintos 06 (seis) dos cargos de  
Auxiliar de Serviços Gerais do quadro de funcio-  
nários efetivos do Município de Tanguá, alterado o  
anexo II da Lei 0947/14.

Art. 2º - Ficam criadas 02 (dois) cargos efetivos  
para provimento por concurso público de Profes-  
sor de Educação Física e um cargo efetivo para  
provimento por concurso público de Professor de  
Educação Artística, com funções já definidas na Lei  
0950/14, alterando o Anexo I desta mesma lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.  
Tanguá, 15 de dezembro de 2015.

Valber Luiz Marcelo de Carvalho  
Prefeito

ESTUDO DE IMPACTO FINANCEIRO RELATIVO À ALTERAÇÃO  
PROPOSTA NO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DO PESSOAL DO  
MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ.

O presente estudo visa demonstrar o impacto financeiro nas contas públicas  
municipais ocasionado pela proposta de alteração do Anexo II da Lei 0947/2014 de 17 de  
dezembro de 2014 e do Anexo I da Lei 0950/14 de 17 de dezembro de 2014.

METODOLOGIA UTILIZADA

Foi utilizada a metodologia simplificada baseada na comparação de valores  
correspondentes as vagas a serem criadas e extintas.

VAGAS A SEREM CRIADAS

Cargo	Quantidade	Salário	Total
Professor II – Ed Artística	01	R\$ 1.450,00	R\$ 1.450,00
Professor II – Ed. Física	02	R\$ 1.450,00	R\$ 2.900,00
TOTAL			R\$ 4.350,00

VAGAS A SEREM EXTINTAS

Cargo	Quantidade	Salário	Total
AUX. SERV. GERAIS	06	R\$ 790,00	R\$ 4.740,00
TOTAL			R\$ 4.740,00

CÁLCULOS DEMONSTRATIVOS

Pelo demonstrado acima, a criação dos cargos não gerará impacto nas despesas de pessoal,  
pois será compensada com a extinção proposta. Na verdade, haverá um crédito no valor de R\$  
390,00.

JUSTIFICATIVA

A criação de cargos ora proposta se justifica pelo déficit desses profissionais para o  
início do ano letivo de 2016 e a realização de concurso público.

Anexo II - Lei 0947/2014

Distribuição dos Cargos do Quadro Permanente

	Cargos	Vagas	Carga Horária
Classe I	Auxiliar de Cozinha	30	40 horas
	Auxiliar de Serviços Gerais	54	40 horas
	Coveiro	6	40 horas
	Gari	43	40 horas
	Jardineiro	5	40 horas
	Servente de Obras	40	40 horas
	Viveirista Agrícola	3	40 horas
	Contínuo	3	40 horas
	Cozinheiro	20	40 horas
	Recepcionista	2	40 horas
	Telefonista	3	40 horas
	Visitador Sanitário	0	40 horas
	Zelador	3	40 horas
Classe II	Agente Administrativo	45	40 horas
	Agente Agropecuário	4	40 horas
	Auxiliar de Consultório Dentário	8	40 horas
	Auxiliar de Enfermagem	13	40 horas
	Auxiliar de Laboratório	7	36 horas
	Auxiliar de Recreação de Creche	2	30 horas
	Auxiliar de Topografia	5	36 horas
	Babá de Creche	6	30 horas
	Monitor de Alunos	33	40 horas
	Bombeiro Hidráulico	4	40 horas
	Carpinteiro	4	40 horas
	Eletricista	5	40 horas
	Motorista	45	40 horas
	Operador de Escavadeira	3	40 horas
	Operador de Niveladora	3	40 horas
	Pedreiro	25	40 horas
	Pintor de Paredes	5	40 horas
	Pintor Letrista	3	40 horas
Classe III	Tratorista	5	40 horas
	Recreador de Creche	6	30 horas
	Desenhista	4	40 horas
	Encarregado de Turma	1	40 horas
	Fiscal de Obras	6	40 horas
	Fiscal de Posturas	6	40 horas
Classe IV	Fiscal Sanitário	4	40 horas
	Oficial Administrativo	35	40 horas
	Secretária Executiva	1	40 horas
	Agente Educador	15	40 horas
	Agente Educador Infantil	23	40 horas
	Técnico Agrícola	4	40 horas
	Técnico de Contabilidade	8	40 horas
	Guia de Turismo	3	40 horas
	Técnico de Enfermagem	40	36 horas
	Técnico de Imobilização Ortopedia	3	36 horas
	Técnico de Laboratório	5	36 horas
	Técnico de Prótese	3	40 horas
	Técnico de Radiologia	8	24 horas
	Técnico de Tributos	1	40 horas
Classe V	Topógrafo	3	40 horas
	Técnico de Enfermagem PSF	10	40 horas

Classe VI	Advogado	8	30 horas
	Arquiteto	3	30 horas
	Assistente Social	8	30 horas
	Bibliotecário	2	30 horas
	Biólogo – Análises Clínicas	2	30 horas
	Biólogo – Vigilância Ambiental	2	30 horas
	Comunicador Social	2	30 horas
	Contador	3	30 horas
	Enfermeiro	5	30 horas
	Engenheiro Agrônomo	2	30 horas
	Engenheiro Civil	4	30 horas
	Farmacêutico	3	30 horas
	Fiscal de Meio-ambiente	4	30 horas
	Fiscal de Tributos	5	30 horas
Classe VII	Fisioterapeuta	3	30 horas
	Fonoaudiólogo	3	30 horas
	Nutricionista	4	30 horas
	Psicólogo	9	30 horas
	Sanitarista	2	30 horas
	Terapeuta Ocupacional	2	30 horas
	Turismólogo	2	30 horas
	Médico Anestesiologista	1	20 horas
	Médico Angiologista	2	20 horas
	Médico Cardiologista	2	20 horas
	Médico Cirurgião Geral	1	20 horas
	Médico Cirurgião Pediátrico	1	20 horas
	Médico Clínico Geral	7	20 horas
	Médico Dermatologista	2	20 horas
	Médico do Trabalho	2	20 horas
	Médico Gastroenterologista	2	20 horas
	Médico Geriatria	2	20 horas

	Médico Ginecologista	2	20 horas
	Médico Neurologista	2	20 horas
	Médico Neurologista Pediátrico	2	20 horas
	Médico Obstetra	2	20 horas
	Médico Ortopedista	2	20 horas
	Médico Otorrinolaringologista	2	20 horas
	Médico Pediatra	2	20 horas
	Médico Pneumologista	1	20 horas
	Médico Proctologista	1	20 horas
	Médico Psiquiatra	2	20 horas
	Médico Radiologista	2	20 horas
	Médico Ultrassonografista	1	20 horas
	Médico Urologista	2	20 horas
Classe VIII	Odontólogo	5	20 horas
	Médico Veterinário (Vig. Ambiental)	4	24 horas
Classe IX	Médico Veterinário (Vig. Sanitária )	2	24 horas
	Enfermeiro de PSF	10	40 horas
Classe X	Odontólogo de PSF	5	40 horas
	Médico de PSF	10	40 horas
Classe XI	Médico Clínico Geral	7	24 horas
	Médico Pediatra	7	24 horas



## Continuação do Anexo I - Lei 0950/2014

### Distribuição dos Cargos do Quadro Permanente

#### MAGISTÉRIO

	Cargos	Vagas	Carga Horária
Classe XII	Professor I de 1º ao 5º ano do E. F.	155	22 horas
	Professor I de Educação Infantil	73	22 horas
Classe XIII	Professor II – Artes	8	14 horas
	Professor II – Ciências	14	14 horas
	Professor II – Educação Física	13	14 horas
	Professor II – Geografia	12	14 horas
	Professor II – História	17	14 horas
	Professor II – Língua Estrangeira – Inglês	8	14 horas
	Professor II – Língua Portuguesa	23	14 horas
	Professor II – Matemática	23	14 horas
	Professor Especialista em Coordenação	21	22 horas
	Professor Especialista em Orientação	18	22 horas
	Professor Especialista em Supervisão	16	22 horas
	Coordenador Pedagógico	4	16 horas
	Orientador Educacional	1	16 horas

## QUADRO POR FUNÇÃO E RESPECTIVAS ATRIBUIÇÕES.

### PROFESSOR

#### Descrição sintética:

Compreende os cargos que se destinam à regência de classes do ensino de Pré-escolar, Primeiro e Segundo Graus, bem como à execução de trabalhos relativos a implementação de currículos e coordenação de disciplina.

#### Atribuições típicas:

- . elaborar planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica;
- . ministrar aulas, transmitindo aos alunos conhecimentos de linguagem, matemática, ciências sociais, ciências naturais, recreação e ensino religioso, atuando em sala de aula, sala de leitura e oficinas;
- . elaborar e aplicar testes, provas e outros métodos usuais de avaliação, para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados;
- . atuar, quando requisitado, na implementação de currículos e coordenação de disciplina;
- . participar de reuniões com pais e demais profissionais de ensino;
- . executar outras atribuições afins.

#### Requisitos para provimento:

- . Professor I - Habilitação específica de Segundo Grau, obtida em curso de três séries de Formação de Professores ou Curso Normal;
- . Professor II - Habilitação específica de graduação em Nível Superior, obtida em curso de Licenciatura Plena em disciplinas e áreas de estudos específicas de Primeiro e Segundo Graus.

### PROFESSOR ESPECIALISTA

#### Descrição sintética:

Compreende os cargos que se destinam a coor-

denar, executar, avaliar e realizar trabalhos pedagógicos; supervisionar, orientar, identificar, reformular e acompanhar a qualidade do processo educacional; assegurar a regularidade das unidades escolares do Município, em articulação com os demais órgãos educacionais, adotando técnicas de pesquisa e sondagem para aconselhamento vocacional, numa integração entre a escola, a família e a comunidade, objetivando solucionar ou suprir dificuldades e deficiências apresentadas e possibilitar o desenvolvimento do aluno.

#### Atribuições típicas:

##### a) quando na área de Supervisão:

- . orientar o corpo docente no desenvolvimento de suas atividades profissionais, através de assessoria técnico-pedagógica;
- . colaborar na elaboração de currículo, adaptação de programas, organização de calendário escolar, preenchimento de quadro de classe;
- . elaborar, avaliar e selecionar material didático a ser utilizado nas unidades escolares;
- . avaliar o trabalho pedagógico das unidades educacionais, a fim de propor soluções que visem tornar mais eficiente;
- . orientar e supervisionar a aplicação de métodos, técnicas e procedimentos didáticos, bem como a execução dos planos e programas estabelecidos;
- . elaborar programas de habilitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos na área de ensino e uma vez aprovados, orientar, coordenar e controlar sua implantação;
- . participar de reuniões com pais, professores e demais profissionais de ensino;
- . colaborar na busca e seleção de recursos humanos e materiais didáticos indispensáveis à realização dos planos de ensino, juntamente com a direção das escolas;
- . promover conferências, debates e sessões de temas pedagógicos, visando o aperfeiçoamento e a reformulação das técnicas aplicadas;
- . avaliar o processo ensino-aprendizado, examinando relatórios, ou participando de conselhos de classe para aferir a eficácia dos métodos de ensino empregados e providenciar as reformulações adequadas;

##### b) quando na área de Orientação:

- . orientar e aconselhar os educandos, individualmente ou em grupo, tendo em vista o desenvolvimento integral e harmônico de sua personalidade;
- . implantar sistemas de sondagem de interesses, aptidões e habilidades dos educandos;
- . participar do processo de composição, caracterização e acompanhamento das classes, buscando o desenvolvimento do currículo adequado às possibi-

dades do educando;

- . participar do processo de avaliação e recuperação dos alunos;
  - . proporcionar às escolas os recursos técnicos de orientação educacional, possibilitando aos alunos a melhor utilização possível de seus recursos individuais;
  - . estudar e orientar o acompanhamento individual dos casos críticos identificados no processo de orientação, mantendo atualizados os respectivos registros;
  - . elaborar e aplicar, ou orientar a aplicação de testes e questionários;
  - . promover a integração escola-família-comunidade, organizando reuniões com os pais, professores e demais profissionais de ensino;
  - . proceder à avaliação e ao diagnóstico da criança, valendo-se de jogos, exercícios pedagógicos, conversas informais e outros recursos específicos, a fim de descobrir potencialidades e detectar área defasadas do aluno para definir e desenvolver o atendimento adequado;
  - . proceder à leitura do prontuário do aluno, verificando e analisando os dados e informações relacionados, para possibilitar melhor conhecimento e entendimento dos problemas e dificuldades apresentados;
  - . prestar atendimento pedagógico ao aluno, através de desenho livre, exercícios psicomotores, blocos lógicos, além de outras técnicas especializadas, a fim de promover o desenvolvimento do aluno;
  - . preparar material pedagógico, confeccionando jogos com material de sucata, elaborando textos e adaptando recursos didáticos, para aplicar no atendimento específico da criança;
  - . participar de discussão e estudo de caso, debatendo com outros profissionais problemas e situações apresentados, trocando informações técnicas, visando a prestação de um atendimento amplo e consistente ao aluno;
  - . manter contato com os pais, orientando-os e explicando os objetivos do trabalho desenvolvido junto à criança, para que colaborem e participem adequadamente no desenvolvimento do filho.
  - . realizar outras tarefas relacionadas à sua formação acadêmica.
- ##### c) quando na área de Coordenação:
- . participar, com a Orientação Escolar, do processo de caracterização da clientela escolar e definir as estratégias
  - . planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades pedagógicas;
  - . elaborar, implementar e/ou opinar sobre projetos de caráter técnico-pedagógico;



- . prestar assistência técnico-pedagógico, de forma direta ao corpo docente, de forma indireta ao corpo discente;
  - . propor ou adotar medidas que visem ao contínuo aperfeiçoamento e atualização do pessoal envolvido no processo ensino aprendizagem;
  - . assistir ao Diretor da unidade de ensino em assuntos de ordem pedagógica;
  - . participar do processo de integração escola-família-comunidade;
- 
- . participar do Conselho de Classe;
  - . executar outras tarefas afins.

Requisitos para provimento:

- . Instrução – Habilitação em Grau Superior em nível de graduação plena em curso de Pedagogia com registro profissional no MEC.

## LEI Nº 1000 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ALTERA A LEI Nº 0947/14; LEI Nº 0949/14 E LEI Nº 0950/14 DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

Art. 1º - Cria o parágrafo 3º do artigo 3º da lei 0947/14 com a seguinte redação:

Art.3º (...)  
§ 3º - Fica extinto o cargo de visitador sanitário, sendo seus atuais ocupantes remanejados/enquadrados no cargo denominado Agente de Controle de Endemias Municipal.

Art. 2º - Cria o Art. 3A da Lei 0949/14 com a seguinte redação:

Art.3A - Fica extinto o cargo de visitador sanitário, sendo seus atuais ocupantes remanejados/enquadrados no cargo denominado Agente de Controle de Endemias, conforme Anexo I.

Art. 3º - Dá novo enquadramento aos cargos de visitantes sanitários que passam a Agente de Controle de Endemias, alterando o Anexo I da Lei 0949/14 e o Anexo II da Lei 0947/14.

Art. 4º - Altera o Anexo I da Lei 0950/14 para mudar a nomenclatura dos cargos Efetivos de Professor I.

Art. 5º - Altera o Anexo II da Lei 0950/14 para delimitar as atribuições e funções do cargo de Agente Educador e Agente Educador Infantil.

Art. 6º - Altera o Anexo III da Lei 0950/14 para incluir na tabela os cargos já extintos ou em extinção que ficaram omissos quando da redação original.

Art. 7º - Dá nova Redação ao Art.2º, inciso VI

da Lei 0950/14 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.2º (...)  
VI- Quadro de Profissionais da Educação – conjunto de cargos que executam serviços de apoio ao Magistério Público Municipal, como: Secretário Escolar, Monitor de Alunos, Agente Educador e Agente educador infantil, Auxiliar de Recreação de Creche, Babá de Creche, Recreador de Creche, Cozinheiro, Auxiliar de Serviços Gerais, auxiliar de Cozinha e Zelador.

Art. 8º - - Dá nova Redação ao Art.77 da Lei 0950/14 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.77 – Os cargos de Coordenador Pedagógico, Orientador Educacional, Agente Educador e Agente educador infantil, Auxiliar de Recreação de Creche, Babá de Creche, Recreador de Creche; Cozinheiro, Auxiliar de Serviços Gerais, Auxiliar de Cozinha e Zelador serão extintos à medida que houver vacância decorrente de:

(...)  
Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tanguá, 15 de dezembro de 2015.

### Valber Luiz Marcelo de Carvalho Prefeito

#### ESTUDO DE IMPACTO FINANCEIRO RELATIVO À ALTERAÇÃO PROPOSTA NO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ.

O presente estudo visa demonstrar o impacto financeiro nas contas públicas municipais ocasionado pela proposta de alteração do Anexo II da Lei 0947/2014 de 17 de dezembro de 2014 e do Anexo I da Lei 0950/14 de 17 de dezembro de 2014.

METODOLOGIA UTILIZADA			
Foi utilizada a metodologia simplificada baseada na comparação de valores correspondentes as vagas a serem criadas e extintas.			

VAGAS A SEREM CRIADAS			
Cargo	Quantidade	Salário	Total
Professor II – Ed Artística	01	R\$ 1.450,00	R\$ 1.450,00
Professor II – Ed. Física	02	R\$ 1.450,00	R\$ 2.900,00
TOTAL			R\$ 4.350,00

VAGAS A SEREM EXTINTAS			
Cargo	Quantidade	Salário	Total
AUX. SERV. GERAIS	06	R\$ 790,00	R\$ 4.740,00
TOTAL			R\$ 4.740,00

CÁLCULOS DEMONSTRATIVOS			
Pelo demonstrado acima, a criação dos cargos não gerará impacto nas despesas de pessoal, pois será compensada com a extinção proposta. Na verdade, haverá um crédito no valor de R\$ 390,00.			

JUSTIFICATIVA			
A criação de cargos ora proposta se justifica pelo déficit desses profissionais para o início do ano letivo de 2016 e a realização de concurso público.			

Anexo II - Lei 0947/2014			
Distribuição dos Cargos do Quadro Permanente			
	Cargos	Vagas	Carga Horária
Classe I	Auxiliar de Cozinha	30	40 horas
	Auxiliar de Serviços Gerais	54	40 horas
	Coveiro	6	40 horas
	Gari	43	40 horas
	Jardineiro	5	40 horas
	Servente de Obras	40	40 horas
	Viveirista Agrícola	3	40 horas
	Contínuo	3	40 horas
	Cozinheiro	20	40 horas
	Recepcionista	2	40 horas
Classe II	Telefonista	3	40 horas
	Visitador Sanitário	0	40 horas
	Zelador	3	40 horas
	Agente Administrativo	45	40 horas
	Agente Agropecuário	4	40 horas
	Auxiliar de Consultório Dentário	8	40 horas
	Auxiliar de Enfermagem	13	40 horas
	Auxiliar de Laboratório	7	36 horas
	Auxiliar de Recreação de Creche	2	30 horas
	Auxiliar de Topografia	5	36 horas
Classe III	Babá de Creche	6	30 horas
	Monitor de Alunos	33	40 horas
	Bombeiro Hidráulico	4	40 horas
	Carpinteiro	4	40 horas
	Eletricista	5	40 horas
	Motorista	45	40 horas
	Operador de Escavadeira	3	40 horas
	Operador de Niveladora	3	40 horas
	Pedreiro	25	40 horas
	Pintor de Paredes	5	40 horas
Classe IV	Pintor Letrista	3	40 horas
	Tratorista	5	40 horas
	Recreador de Creche	6	30 horas
	Desenhista	4	40 horas
	Encarregado de Turma	1	40 horas
	Fiscal de Obras	6	40 horas
	Fiscal de Posturas	6	40 horas
	Fiscal Sanitário	4	40 horas
	Oficial Administrativo	35	40 horas
	Secretária Executiva	1	40 horas
Classe V	Agente Educador	15	40 horas
	Agente Educador Infantil	23	40 horas
	Técnico Agrícola	4	40 horas
	Técnico de Contabilidade	8	40 horas
	Guia de Turismo	3	40 horas
	Técnico de Enfermagem	40	36 horas
	Técnico de Imobilização Ortopedia	3	36 horas
	Técnico de Laboratório	5	36 horas
	Técnico de Prótese	3	40 horas
	Técnico de Radiologia	8	24 horas
Classe VI	Técnico de Tributos	1	40 horas
	Topógrafo	3	40 horas
	Técnico de Enfermagem PSF	10	40 horas
	Advogado	8	30 horas
	Arquiteto	3	30 horas
	Assistente Social	8	30 horas
	Bibliotecário	2	30 horas
	Biólogo – Análises Clínicas	2	30 horas
	Biólogo – Vigilância Ambiental	2	30 horas
	Comunicador Social	2	30 horas
Classe VII	Contador	3	30 horas
	Enfermeiro	5	30 horas
	Engenheiro Agrônomo	2	30 horas
	Engenheiro Civil	4	30 horas
	Farmacêutico	3	30 horas
	Fiscal de Meio-ambiente	4	30 horas
	Fiscal de Tributos	5	30 horas
	Fisioterapeuta	3	30 horas
	Fonoaudiólogo	3	30 horas
	Nutricionista	4	30 horas
Classe VIII	Psicólogo	9	30 horas
	Sanitarista	2	30 horas
	Terapeuta Ocupacional	2	30 horas
	Turismólogo	2	30 horas



Classe VII	Médico Anestesiologista	1	20 horas
	Médico Angiologista	2	20 horas
	Médico Cardiologista	2	20 horas
	Médico Cirurgião Geral	1	20 horas
	Médico Cirurgião Pediátrico	1	20 horas
	Médico Clínico Geral	7	20 horas
	Médico Dermatologista	2	20 horas
	Médico do Trabalho	2	20 horas
	Médico Gastroenterologista	2	20 horas
	Médico Geriatra	2	20 horas
	Médico Ginecologista	2	20 horas
	Médico Neurologista	2	20 horas
	Médico Neurologista Pediátrico	2	20 horas
	Médico Obstetra	2	20 horas
	Médico Ortopedista	2	20 horas
	Médico Otorrinolaringologista	2	20 horas
	Médico Pediatra	2	20 horas
	Médico Pneumologista	1	20 horas
	Médico Proctologista	1	20 horas
	Médico Psiquiatra	2	20 horas
	Médico Radiologista	2	20 horas
	Médico Ultrassonografista	1	20 horas
	Médico Urologista	2	20 horas
Classe VIII	Odontólogo	5	20 horas
	Médico Veterinário (Vig. Ambiental)	4	24 horas
Classe IX	Médico Veterinário (Vig. Sanitária)	2	24 horas
	Enfermeiro de PSF	10	40 horas
Classe X	Odontólogo de PSF	5	40 horas
	Médico de PSF	10	40 horas
Classe XI	Médico Clínico Geral	7	24 horas
	Médico Pediatra	7	24 horas

Anexo I - Lei 0949/2014

Distribuição dos Cargos do Quadro Permanente

	Cargos	Escolaridade	Vagas	Carga Horária
Classe XV	Agente de Controle de Endemias	Nível Médio	26	40 horas
	Agente Comunitário de Saúde	Nível Médio	87	40 horas

Continuação do Anexo I - Lei 0950/2014

Distribuição dos Cargos do Quadro Permanente

MAGISTÉRIO				
	Cargos		Vagas	Carga Horária
Classe XII	Professor I de 1º ao 5º ano do E. F.		155	22 horas
	Professor I de Educação Infantil		73	22 horas
	Professor II – Artes		8	14 horas
	Professor II – Ciências		14	14 horas
	Professor II – Educação Física		13	14 horas
	Professor II – Geografia		12	14 horas
	Professor II – História		17	14 horas
	Professor II – Língua Estrangeira – Inglês		8	14 horas
	Professor II – Língua Portuguesa		23	14 horas
Classe XIII	Professor II – Matemática		23	14 horas
	Professor Especialista em Coordenação		21	22 horas
	Professor Especialista em Orientação		18	22 horas
	Professor Especialista em Supervisão		16	22 horas
	Coordenador Pedagógico		4	16 horas
	Orientador Educacional		1	16 horas

QUADRO POR FUNÇÃO E RESPECTIVAS ATRIBUIÇÕES.

PROFESSOR

Descrição sintética:

Compreende os cargos que se destinam à regência de classes do ensino de Pré-escolar, Primeiro e Segundo Graus, bem como à execução de trabalhos relativos a implementação de currículos e coordenação de disciplina.

Atribuições típicas:

- elaborar planos de aula, relacionando e con-
- feccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica;
- ministrar aulas, transmitindo aos alunos co-

nhecimentos de linguagem, matemática, ciências sociais, ciências naturais, recreação e ensino religioso, atuando em sala de aula, sala de leitura e oficinas;

- elaborar e aplicar testes, provas e outros métodos usuais de avaliação, para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados;

- atuar, quando requisitado, na implementação de currículos e coordenação de disciplina;

- participar de reuniões com pais e demais profissionais de ensino;

- executar outras atribuições afins.

Requisitos para provimento:

- Professor I - Habilitação específica de Segundo Grau, obtida em curso de três séries de Formação de Professores ou Curso Normal;

- Professor II - Habilitação específica de graduação em Nível Superior, obtida em curso de Licenciatura Plena em disciplinas e áreas de estudos específicas de Primeiro e Segundo Graus.

PROFESSOR ESPECIALISTA

Descrição sintética:

Compreende os cargos que se destinam a coordenar, executar, avaliar e realizar trabalhos pedagógicos; supervisionar, orientar, identificar, reformular e acompanhar a qualidade do processo educacional; assegurar a regularidade das unidades escolares do Município, em articulação com os demais órgãos educacionais, adotando técnicas de pesquisa e sondagem para aconselhamento vocacional, numa integração entre a escola, a família e a comunidade, objetivando solucionar ou suprir dificuldades e deficiências apresentadas e possibilitar o desenvolvimento do aluno.

Atribuições típicas:

- a) quando na área de Supervisão:
  - orientar o corpo docente no desenvolvimento de suas atividades profissionais, através de assessoria técnico-pedagógica;

- colaborar na elaboração de currículo, adaptação de programas, organização de calendário escolar, preenchimento de quadro de classe;

- elaborar, avaliar e selecionar material didático a ser utilizado nas unidades escolares;

- avaliar o trabalho pedagógico das unidades educacionais, a fim de propor soluções que visem tornar mais eficiente;

- orientar e supervisionar a aplicação de métodos, técnicas e procedimentos didáticos, bem como a execução dos planos e programas estabelecidos;

- elaborar programas de habilitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos na área de ensino e uma vez aprovados, orientar, coordenar e controlar sua implantação;
- participar de reuniões com pais, professores e

demais profissionais de ensino;

- colaborar na busca e seleção de recursos humanos e materiais didáticos indispensáveis à realização dos planos de ensino, juntamente com a direção das escolas;

- promover conferências, debates e sessões de temas pedagógicos, visando o aperfeiçoamento e a reformulação das técnicas aplicadas;

- avaliar o processo ensino-aprendizado, examinando relatórios, ou participando de conselhos de classe para aferir a eficácia dos métodos de ensino empregados e providenciar as reformulações adequadas;

b) quando na área de Orientação:

- orientar e aconselhar os educandos, individualmente ou em grupo, tendo em vista o desenvolvimento integral e harmônico de sua personalidade;

- implantar sistemas de sondagem de interesses, aptidões e habilidades dos educandos;

- participar do processo de composição, caracterização e acompanhamento das classes, buscando o desenvolvimento do currículo adequado às possibilidades do educando;

- participar do processo de avaliação e recuperação dos alunos;

- proporcionar às escolas os recursos técnicos de orientação educacional, possibilitando aos alunos a melhor utilização possível de seus recursos individuais;

- estudar e orientar o acompanhamento individual dos casos críticos identificados no processo de orientação, mantendo atualizados os respectivos registros;

- elaborar e aplicar, ou orientar a aplicação de testes e questionários;

- promover a integração escola-família-comunidade, organizando reuniões com os pais, professores e demais profissionais de ensino;

- proceder à avaliação e ao diagnóstico da criança, valendo-se de jogos, exercícios pedagógicos, conversas informais e outros recursos específicos, a fim de descobrir potencialidades e detectar área defasadas do aluno para definir e desenvolver o atendimento adequado;

- proceder à leitura do prontuário do aluno, verificando e analisando os dados e informações relacionados, para possibilitar melhor conhecimento e entendimento dos problemas e dificuldades apresentados;

- prestar atendimento pedagógico ao aluno, através de desenho livre, exercícios psicomotores, blocos lógicos, além de outras técnicas especializadas, a fim de promover o desenvolvimento do aluno;

- preparar material pedagógico, confeccionando jogos com material de sucata, elaborando textos e adaptando recursos didáticos, para aplicar no atendi-



mento específico da criança;

- . participar de discussão e estudo de caso, debatendo com outros profissionais problemas e situações apresentados, trocando informações técnicas, visando a prestação de um atendimento amplo e consistente ao aluno;
- . manter contato com os pais, orientando-os e explicando os objetivos do trabalho desenvolvido junto à criança, para que colaborem e participem adequadamente no desenvolvimento do filho.
- . realizar outras tarefas relacionadas à sua formação acadêmica.

- c) quando na área de Coordenação:
- . participar, com a Orientação Escolar, do processo de caracterização da clientela escolar e de-  
finir as estratégias
  - . planejar, coordenar, controlar e avaliar as ati-  
vidades pedagógicas;
  - . elaborar, implementar e/ou opinar sobre pro-  
jetos de caráter técnico-pedagógico;
  - . prestar assistência técnico-pedagógico, de  
forma direta ao corpo docente, de forma indireta  
ao corpo discente;
  - . propor ou adotar medidas que visem ao con-  
tínuo aperfeiçoamento e atualização do pessoal  
envolvido no processo ensino aprendizagem;
  - . assistir ao Diretor da unidade de ensino em  
assuntos de ordem pedagógica;
  - . participar do processo de integração escola-  
-família-comunidade;
  - . participar do Conselho de Classe;
  - . executar outras tarefas afins.

Requisitos para provimento:

- . Instrução – Habilitação em Grau Superior em  
nível de graduação plena em curso de Pedagogia  
com registro profissional no MEC.

Continuação do Anexo II - Lei 950/2014		
Distribuição dos Cargos do Quadro Permanente		
Apoio ao Magistério		
	Cargo	Carga Horária
Classe I	Auxiliar de Cozinha	40
	Auxiliar de Serviços Gerais	40
	Cozinheiro	40
	Zelador	40
Classe II	Agente Administrativo	40
	Auxiliar de Recreação de Creche	30
	Babá de Creche	30
	Monitor de Alunos	40
	Recreador de Creche	30
Classe III	Oficial Administrativo	40
	Agente Educador	40
	Agente Educador Infantil	40

QUADRO POR FUNÇÃO E RESPECTIVAS  
ATRIBUIÇÕES

AGENTE ADMINISTRATIVO

Descrição sintética:

Compreende os cargos que se destinam a execu-  
tar, sob supervisão direta, tarefas simples e rotinei-  
ras de apoio administrativo.

- Atribuições típicas:
- . atender ao público, interno e externo, prestando  
informações simples, anotando recados, recebendo  
correspondências e efetuando encaminhamentos;
  - . atender às chamadas telefônicas, anotando ou  
enviando recados, para obter ou fornecer informa-  
ções;
  - . datilografar textos, documentos, tabelas e ou-  
tros originais, bem como conferir a datilografia;
  - . operar microcomputador, utilizando programas  
básicos e aplicativos, para incluir, alterar e obter da-  
dos e informações, bem como consultar registros;
  - . arquivar processos, publicações e documentos  
diversos de interesse da unidade administrativa, se-  
gundo normas preestabelecidas;
  - . receber, conferir e registrar a tramitação de pa-  
péis, fiscalizando o cumprimento das normas refe-  
rentes a protocolo;

- . autuar documentos e preencher fichas de regis-  
tro para formalizar processos, encaminhando-os às  
unidades ou aos superiores competentes;
- . controlar estoques, distribuindo o material quan-  
do solicitado e providenciando sua reposição de  
acordo com normas preestabelecidas;
- . receber material de fornecedores, conferindo as  
especificações dos materiais com os documentos de  
entrega;
- . preencher fichas, formulários e mapas, conferin-  
do as informações e os documentos originais;
- . elaborar, sob orientação, demonstrativos e rela-  
ções, realizando os levantamentos necessários;
- . fazer cálculos simples;
- . operar e zelar pela manutenção de máquinas  
reprográficas, teleimpressoras, autenticadoras e ou-  
tros equipamentos sob sua responsabilidade;
- . executar outras atribuições afins.

Requisitos para provimento:

- . Instrução: Primeiro Grau completo.

AUXILIAR DE RECREAÇÃO DE CRECHE

Descrição sintética:

Compreende os cargos que se destinam a realizar  
tarefas de recreação, distração e atividades afins, às  
crianças matriculadas nas Creches Municipais.

- Atribuições típicas:
- . acompanhar no recebimento das crianças matri-  
culadas nas creches, dentro do horário estabelecido  
pela direção;
  - . inspecionar as salas de atividades;
  - . auxiliar na distribuição da alimentação;
  - . zelar pela economia do material público e pela  
conservação do que for confiado à sua guarda;
  - . auxiliar na administração de trabalhos administra-  
tivos das creches;
  - . dar banho e trocar as roupas sujas das crianças,  
buscando deixá-las asseadas e em perfeitas condições  
de higiene;
  - . dar papinhas e mamadeiras, trocando fraldas dos  
bebês do berçário e demais crianças sob sua guarda;
  - . escovar os dentes e pentear os cabelos das crian-  
ças, buscando passar-lhes ensinamentos quanto às  
adequadas condições de higiene;
  - . executar outras atribuições afins.

Requisitos para provimento:

- . Instrução – Primeiro Grau completo.

BABÁ DE CRECHE

Descrição sintética:

Compreende os cargos que se destinam a realizar  
tarefas inerentes aos cuidados com bebês de 6 (seis)  
meses à 2 (dois) anos, matriculados nas Creches Mu-  
nicipais.

Atribuições típicas:

- . acompanhar no recebimento dos bebês matricula-  
das nas creches, dentro do horário estabelecido pela  
direção;
- . inspecionar os berços, área de recreação e salas  
de atividades;
- . dar banho e trocar as roupas sujas das crianças,  
buscando deixá-las asseadas e em perfeitas condições  
de higiene;
- . trocar fraldas dos bebês do berçário e demais  
crianças sob sua guarda;
- . escovar os dentes e pentear os cabelos das crian-  
ças, buscando passar-lhes ensinamentos quanto às  
adequadas condições de higiene;
- . dar papinhas, mamadeiras e remédios aos bebês  
sob sua guarda;
- . zelar pela economia do material público e pela  
conservação do que for confiado à sua guarda;
- . informar às mães e/ou responsáveis pelos bebês,  
qualquer anormalidade ocorrida durante o período em  
que o bebê esteve na Creche;





- . executar outras atribuições afins.

Requisitos para provimento:

- . Instrução – Primeiro Grau completo.

## MONITOR DE ALUNOS

Descrição sintética:

Compreende os cargos que se destinam a fiscalizar os alunos e executar trabalhos administrativos diversos.

Atribuições típicas:

- . fiscalizar o cumprimento do horário de entrada e de saída dos alunos e professores;
- . inspecionar o pátio das unidades escolares, durante e ao término do recreio;
- . manter sob sua guarda as chaves de portões de acesso às unidades escolares, abrindo e fechando-os, mantendo sob total vigilância àqueles que adentram naquelas unidades;
- . fiscalizar a distribuição de merenda escolar;
- . zelar pela economia do material público e pela conservação do que for confiado à sua guarda;
- . auxiliar na administração de trabalhos administrativos das unidades escolares;
- . executar outras atribuições afins.

Requisitos para provimento:

- . Instrução – Primeiro Grau completo.

## RECREADOR DE CRECHE

Descrição sintética:

Compreende os cargos que se destinam a realizar tarefas de recreação, distração e atividades afins, às crianças das Creches Municipais.

Atribuições típicas

- . acompanhar no recebimento das crianças matriculadas nas creches, dentro do horário estabelecido pela direção;
- . inspecionar as salas de atividades;
- . distribuir a alimentação às crianças e aos bebês ;
- . zelar pela economia do material público e pela conservação do que for confiado à sua guarda;
- . auxiliar na administração de trabalhos administrativos das creches;

. cuidar da recreação das crianças, executando pequenos trabalhos relacionados à controle motor, visando a preparação das crianças para o Pré-escolar;

- . executar tarefas junto às crianças que visem a exploração de seu potencial criativo;
- . comunicar aos pais e/ou responsáveis, qualquer anormalidade verificada com as crianças sob sua guarda.
- . dar banho e trocar as roupas sujas das crianças, buscando deixá-las bem asseadas e em perfeitas condições de higiene;
- . escovar os dentes e pentear os cabelos das crianças, buscando passar-lhes ensinamentos quanto às adequadas condições de higiene;
- . executar outras atribuições afins.

Requisitos para provimento:

- . Instrução – Primeiro Grau Completo.

## OFICIAL ADMINISTRATIVO

Descrição sintética:

Compreende os cargos que se destinam a executar tarefas de apoio administrativo que envolvam maior grau de complexidade e requeiram certa autonomia.

Atribuições típicas:

- . redigir ou participar da redação de correspondências, pareceres, documentos legais e outros significativos para o órgão;
- . determinar a digitação de documentos redigidos e aprovados;
- . estudar processos referentes a assuntos de caráter geral ou específico da unidade administrativa e propor soluções;
- . coordenar a classificação, o registro e a conservação de processos, livros e outros documentos em arquivos específicos;
- . interpretar leis, regulamentos e instruções relativos a assuntos de administração geral, para fins de aplicação, orientação e assessoramento;
- . elaborar ou colaborar na elaboração de relatórios parciais e anuais, atendendo às exigências ou normas da unidade administrativa;
- . realizar, sob orientação específica, coleta de preços e concorrências públicas e administrativas para aquisição de material;
- . orientar e supervisionar as atividades de controle de estoque, a fim de assegurar a perfeita ordem de armazenamento, conservação e níveis de supri-

mento;

- . classificar contabilmente todos os documentos comprobatórios das operações realizadas, de natureza orçamentárias ou não, de acordo com o plano de contas da Prefeitura;
- . preparar relação de cobrança e pagamentos efetuados pela Prefeitura, especificando os saldos, para facilitar o controle financeiro;
- . averbar e conferir documentos contábeis;
- . auxiliar na elaboração e revisão do plano de contas da Prefeitura;
- . escriturar contas correntes diversas;
- . examinar empenhos de despesas e a existência de saldos nas dotações;
- . auxiliar na feitura global de contabilidade dos diversos impostos, taxas e demais componentes da receita;
- . conferir documentos de receita, despesas e outros;
- . fazer a conciliação de extratos bancários, confrontando débitos e créditos, pesquisando quando for detectado erro e realizando a correção;
- . fazer levantamento de contas para fins de elaboração de balancetes, balanços, boletins e outros demonstrativos contábil-financeiros;
- . auxiliar na análise econômico-financeira e patrimonial da Prefeitura;
- . coligir e ordenar os dados para elaboração do Balanço Geral;
- . executar ou supervisionar o lançamento das contas em movimento nas fichas e livros contábeis;
- . colaborar nos estudos para a organização e a racionalização dos serviços nas unidades da Prefeitura;
- . colaborar com o técnico da área na elaboração de manuais de serviço e outros projetos afins, coordenando as tarefas de apoio administrativo;
- . coordenar a preparação de publicação e documentos para arquivo, selecionando os papéis administrativos que periodicamente se destinem à incineração, de acordo com as normas que regem a matéria;
- . orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas da classe;
- . executar outras atribuições afins.

Requisitos para provimento:

- . Instrução – Segundo Grau completo.

## AGENTE EDUCADOR

### DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

Compreende os empregos públicos que se destinam a fiscalizar e manter a disciplina dos alunos nas dependências das escolas municipais, executar trabalhos administrativos diversos.

### ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:

- I. . fiscalizar o cumprimento do horário de entrada



e de saída dos alunos e professores;

II. . inspecionar o pátio das unidades escolares, durante todo o período de sua jornada laboral e em especial durante e ao término do recreio;

III. . manter sob sua guarda as chaves de portões de acesso às unidades escolares, abrindo e fechando-os, mantendo sob total vigilância àqueles que adentram naquelas unidades;

IV. . auxiliar na execução de trabalhos administrativos das unidades escolares;

V. . comunicar ao Diretor Escolar ou ao Dirigente Escolar da unidade de ensino os acidentes ocorridos com os educandos, eventuais enfermidades ou quaisquer outras ocorrências atípicas envolvendo os seus alunos;

VI. . auxiliar os Professores nas suas atividades cotidianas;

VII. . organizar os educandos por turma, encaminhando-os para a sala de aula e outras dependências da unidades escolar;

VIII. . atuar junto ao corpo discente na manutenção de um ambiente social favorável à realização das atividades desenvolvidas pela unidade escolar;

IX. . acompanhar os educandos em atividades extraclASSES realizadas pela unidade escolar, auxiliando aos Docentes, sempre que ser fizer necessário;

X. . zelar pela economia do material público e pela conservação do que for confiado á sua guarda;

XI. . auxiliar na distribuição de merenda escolar;

XII. . participar de capacitação, treinamento e aprimoramento da função proposto pela administração pública municipal ou Secretaria à qual está afeta;

XIII. . executar outras atribuições afins.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

- Ensino Médio completo
- AGENTE EDUCADOR INFANTIL

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

Compreende os empregos públicos que se destinam a realizar tarefas inerentes aos cuidados com bebês de 0 (zero) à 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses, matriculados nas Creches Municipais, cuidando da higiene pessoal, alimentação e trabalhos relativos à implementação de educação infantil sob a supervisão de profissional habilitado

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:

I. . os bebês e crianças matriculadas nas creches, dentro do horário estabelecido pela Di-

reção;

II. . distribuir a alimentação às crianças e alimentar os bebês e aquelas que não consigam fazer tal ato sozinhas;

III. . zelar pela economia do material público e pela conservação do que for confiado á sua guarda;

IV. . alimentar, dar banho e trocar as fraldas dos bebês do berçário e demais crianças sob sua guarda, buscando deixá-las asseadas e em perfeitas condições de higiene;

V. . executar atividades de recreação das crianças sob sua guarda;

VI. . executar tarefas junto às crianças que visem a exploração de seu potencial criativo;

VII. . inspecionar os berços, áreas de recreação e salas de atividades;

VIII. . escovar os dentes e pentear os cabelos das crianças, buscando transmitir-lhes ensinamentos quanto às adequadas condições de higiene;

IX. . informar às mães, pais e/ou responsáveis pelos bebês e crianças matriculadas nas creches, quaisquer anormalidades ocorridas durante o período em que seu filho ou pupilo tenha permanecido na creche;

X. . inspecionar o pátio das creches, durante todo o período de sua jornada laboral e em especial durante e ao término das atividades de recreação;

XI. . manter sob sua guarda as chaves de portões de acesso às creches, abrindo e fechando-os, mantendo sob total vigilância àqueles que adentram naquelas unidades;

XII. . auxiliar na execução de trabalhos administrativos das creches;

XIII. . fiscalizar o cumprimento do horário de entrada e de saída dos alunos e professores;

XIV. . zelar pela economia do material de expediente e aqueles adquiridos com recursos públicos e pela guarda e conservação dos materiais em almoxarifado das creches ou aqueles que lhes forem confiados a guarda;

XV. . comunicar ao Diretor da creche os acidentes ocorridos com os educandos, eventuais enfermidades ou quaisquer outras ocorrências atípicas envolvendo os seus alunos;

XVI. . organizar os educandos por turma, encaminhando-os para a sala de aula e outras dependências da unidades escolar;

XVII.. atuar junto ao corpo discente na manutenção de um ambiente social favorável à realização das atividades desenvolvidas pela unidade escolar;

XVIII. . acompanhar os educandos em atividades extraclASSES realizadas pela creche, sempre que ser fizer necessário;

XIX. . participar de reuniões com pais e demais profissionais de ensino;

XX. . participar de capacitação, treinamento e

aprimoramento da função proposto pela administração pública municipal ou Secretaria à qual está afeta;

XXI. . executar outras atribuições afins.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

- Ensino Médio completo na modalidade de Formação de Professores

administração pública municipal ou Secretaria à qual está afeta;

. executar outras atribuições afins.

**REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

Ensino Médio completo na modalidade de Formação de Professores

ANEXO III - LEI 0950/ 2014	
QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS EM EXTINÇÃO E EXTINTOS	
CARGO	QUANTIDADE
Coordenador Pedagógico	3
Orientador Educacional	1
Agente Educador	1
Agente Educador Infantil	2
Babá de Creche	4
Recreador de Creche	1
Cozinheiro	14
Auxiliar de Serviços Gerais	33
Auxiliar de Cozinha	25
Auxiliar de Recreação de Creche	0
Zelador	0

Na Resenha municipal de 16/11/2015, nº 346, pág.08, faltou a publicação do anexo da ata de registro de preços nº 001/2015 - **Cardozo e Caldeira Promoções e Eventos**

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015 CARDOZO E CALDEIRA PROMOÇÕES E EVENTOS					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
06	Adesivo confeccionado em papel couché 4/0, tamanho pequeno 29 x 15 cm	Unid	2.000	0,97	1.940,00
07	Adesivo confeccionado em papelc touché 4/0, tamanho grande 58 x 29 cm (conforme modelo em anexo I).	Unid	2.000	3,47	6.940,00
08	Cartaz no formato A3, confeccionado em papel Couché 120g, nas cores 4/0 – Modelo a combinar. A PMT é responsável pela produção da arte final necessária à confecção do material. Tiragem. Artes diferentes a cada pedido	Unid	30.000	0,26	7.800,00
09	Cartaz no formato A4, confeccionado em papel Couché 120g, nas cores 4/0 – modelo e tamanho a combinar. A PMT é responsável pela produção da arte final necessária à confecção do material. Tiragens diversas. Artes diferentes a cada pedido.	Unid	30.000	0,12	3.600,00
10	Filipetas no formato A4, confeccionado em papel Couché 90g, nas cores 4/0 – Modelo a combinar. A PMT é responsável pela produção da arte final necessária à confecção do material. Tiragens diversas. Artes diferentes a cada pedido.	Unid	12.000	0,10	1.200,00
11	Filipetas no formato A5, confeccionado em papel Couché 90g, nas cores 4/0 – Modelo a combinar. A PMT é responsável pela produção da arte final necessária à confecção do material.	Unid	120.000	0,08	9.600,00
12	Banner em lona com superfície brilhosa, com estrutura em metalon nas cores 4/0 - Modelo e tamanho a combinar. A PMT é responsável pela produção da arte final necessária à confecção do material. Tiragens diversas. Artes diferentes a cada pedido	M²	1.000	79,56	79.560,00
13	Banner em lona com superfície brilhosa com acabamento em ilhós em todas as extremidades 4/0 – Modelo e tamanho a combinar. A PMT é responsável pela produção da arte final necessária à confecção do material. Tiragens diversas. Artes diferentes a cada pedido	M²	2.000	35,70	71.400,00
14	Banner em lona com superfície fosca com acabamento em ilhós em todas as extremidades 4/0 - Modelo e tamanho a combinar. A PMT é responsável pela produção da arte final necessária à confecção do material. Tiragens diversas. Artes diferentes a cada pedido	M²	1.000	38,76	38.760,00